



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DSS

LILIANE LIMA SANTOS  
MARIA CRISTINA PINHEIRO BEZERRA

**“DEPRESSÃO, O MAL DO SÉCULO XXI”:**  
Suas expressões relacionadas à precarização do trabalho

São Cristóvão – SE  
2017

LILIANE LIMA SANTOS  
MARIA CRISTINA PINHEIRO BEZERRA

**“DEPRESSÃO, O MAL DO SÉCULO XXI”:**

Suas expressões relacionadas à precarização do trabalho

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a conclusão do curso de Serviço Social, sob a orientação do Prof.º Me. Everton Melo da Silva.

LILIANE LIMA SANTOS  
MARIA CRISTINA PINHEIRO BEZERRA

**“DEPRESSÃO, O MAL DO SÉCULO XXI”:**

Suas expressões relacionadas à precarização do trabalho

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de Serviço Social da  
Universidade Federal de Sergipe, como  
requisito parcial para a conclusão do curso de  
Serviço Social.

DATA DE APROVAÇÃO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.º Me. Everton Melo da Silva (Orientador).

Departamento de Serviço Social/Universidade Federal da Sergipe.

---

Prof.ª Dr.ª Clarissa Andrade Carvalho (Examinadora 01).

Departamento de Serviço Social/Universidade Federal da Sergipe.

---

Assistente Social/Me. Ana Paula Leite Nascimento (Examinadora 02).

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.

*Dedico este trabalho a minha avó **Edileuza**, por exercer o papel dos meus pais e ter me criado com tanto amor; as minhas tias **Gilvânia** e **Lindijan** que sempre me incentivaram a estudar; e a minha mãe **Lucilene** e minha irmã **Fernanda** que mesmo distantes sempre acreditaram em mim.*

**(Liliane Santos)**

*Dedico esse TCC aos meus pais **Carmina** e **Francisco** (in memoriam), por eles sempre terem se preocupado com minha educação e não medirem esforços para que isso acontecesse. Infelizmente meu pai não estará em presença física na realização desse sonho, mas me alegro em lembrar que mesmo já debilitado pela doença ficou feliz e torceu por mim após a aprovação no curso.*

*A meus pais, meu alicerce e responsáveis por grande parte da pessoa que me tornei, meu eterno **amor e gratidão**.*

**(Cristina Bezerra).**

## AGRADECIMENTOS

Um sonho realizado é assim que descrevo minha entrada na Universidade Federal de Sergipe, não tinha o sonho de entrar em qualquer universidade meu sonho era exatamente de entrar aqui apesar de todas as dificuldades que tive em conciliar os estudos com o trabalho e a três horas de viagem todos os dias muitas vezes me vi cansada e desmotivada, mas sempre pedi força a Deus para nunca desistir do meu sonho e hoje sinto que todo esforço parece ser pequeno diante de tudo que está por vir.

Agradeço a minha avó **Edileuza** que também é minha mãe por ter me criado e mesmo com todas as dificuldades sempre me ofereceu o melhor e o mais importante que é o amor, nada do que eu faça no mundo será suficiente para agradecer tudo que fez por mim, tudo o que sou hoje e tudo que irei conquistar eu devo a você. Agradeço também a minha tia **Gilvânia** que desde pequena sempre me incentivou a ler e a estudar, sempre acreditou em mim, obrigada tia por todo amor que você tem por mim e por estar sempre ao meu lado. Agradeço também a minha tia **Lindijan** por se orgulhar de todas as minhas conquistas e por torcer sempre por mim.

Agradeço a minha mãe **Lucilene** que mesmo distante e sem nenhum tipo de estudo sempre me aconselhou sobre a importância da educação, a minha irmã **Fernanda** que sempre esteve do meu lado e acredita muito em mim tudo que faço hoje é pensando em vocês. Sou grata a minha madrinha **Jocileide (in memorian)** por ter me incentivado na escolha do curso, infelizmente você partiu cedo demais e não pode ver a minha formatura, mas sei que você está vendo tudo daí.

Sou grata também ao meu namorado **Jario** por me motivar sempre a estudar e me fazer acreditar que posso ser sempre melhor, não tenho palavras para descrever o quanto é importante para mim. Agradeço ao meu professor de matemática e tio **Samuel** pelas aulas de política no ensino médio, você despertou em mim o senso crítico.

Agradeço a minha amiga **Suane** por ter me motivado durante toda a graduação você foi a melhor surpresa que a UFS me reservou, agradeço também a **Any Luíza** e **Bruna Manoela** por todas nossas risadas e pela amizade recente, mas que não deixa de ser especial, obrigada **Franciele**, **Patrícia** e **Leticia** por todos os momentos de diversão.

Sou muito grata a minha dupla **Maria Cristina** pela parceria e companheirismo, tenho certeza que não poderia ter encontrado pessoa melhor para fazer esse estudo, obrigada por toda paciência e por ter dividido comigo todos os momentos de desespero e alegrias durante a realização da nossa pesquisa.

Agradeço a todos os docentes do Departamento de Serviço Social pelos ensinamentos e por serem exemplos, tenho muito orgulho por ter cada um de vocês presentes na minha vida acadêmica.

Por fim, agradeço muito ao meu professor **Everton Melo**, sem sua paciência e dedicação nosso estudo não seria possível, obrigada por exercer tão bem a sua profissão e por fazer com que eu saísse de cada orientação motivada a estudar, você me fez acreditar mais em mim na minha capacidade de estudar, nunca me sentir tão motivada a pesquisar. **Muito obrigada** por transformar esse momento de tanta pressão em um momento de prazer apesar das dificuldades, a cada orientação saíamos confiantes que tudo daria certo e hoje termino esse estudo com a certeza que a motivação também é transformadora, obrigada por me motivar a estudar.

*Obrigada, sem vocês não seria possível!*

**Liliane Santos.**

## AGRADECIMENTOS

Após alguns anos resolvi retomar um velho sonho de cursar uma Universidade, então comecei um curso à distância aqui mesmo na federal, já estava satisfeita, mas sem pretensão nenhuma fiz mais uma vez o ENEM e me inscrevi no curso de Serviço Social, e com muita surpresa e imensa alegria fui aprovada. E aqui estou na reta final concluindo meu TCC, mas até chegar aqui um longo percurso foi caminhado e graças a Deus não percorri sozinha, pois se fosse não teria conseguido.

Enfim, primeiramente o meu agradecimento é a **Deus** por sempre ter me dado força e coragem de buscar meus objetivos e realizar meus sonhos.

A minha família, meus pais, irmãos, sobrinhos, esposo e filha, meu porto seguro.

As minhas vizinhas e comadres **Siomara** e **Yohanna**, por ajudarem meu esposo a cuidar da nossa filha logo que retornei às aulas após a licença maternidade, obrigada por poder contar com vocês.

Ao meu esposo **José**, pela família linda que formamos juntos.

A minha filha **Maria Júlia**, meu amor, minha vida.

Ao professor e orientador **Everton** que chegou aos 45 do segundo tempo e conseguiu nos mostrar uma direção certa a seguir, nos tirando da escuridão total.

A minha colega e companheira de TCC **Liliane**, que de uma dupla improvável de acontecer surge uma parceria forte e uma linda amizade fundamental para elaboração desse trabalho. Os desafios foram muitos, mas pudemos dividir as angústias e multiplicarmos as alegrias depois de cada obstáculo vencido. Como costumamos dizer, arrasamos! Obrigada.

**Cristina Bezerra.**

*A História considera os maiores aqueles homens que se enobreceram trabalhando para o bem comum; a experiência aclama como mais feliz o homem que fez o maior número de pessoas felizes; a própria religião nos ensina que o ser ideal, o qual todos se esforçam para copiar, sacrificou-se para o bem da humanidade, e quem se atreveria a desprezar tais discernimentos? Se nós tivéssemos escolhido uma posição na vida na qual nós pudéssemos quase que inteiramente trabalhar para a humanidade, nenhum fardo poderia nos derrubar, porque eles são sacrifícios para o benefício de todos; então nós podemos experimentar não uma alegria mesquinha, limitada, egoísta, mas nossa felicidade pertencerá a milhões, nossas ações viverão em silêncio mas perpetuamente no trabalho, e acima de nossas cinzas serão derramadas as lágrimas quentes das pessoas nobres.*

**(Karl Marx)**

*Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.*

**(Karl Marx)**



## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a relação entre depressão e a precarização do trabalho. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória sob a luz do pensamento marxiano. Mostra-se como o trabalho, categoria essencial do modo de produção capitalista e fonte de sobrevivência do trabalhador pode causar diversas doenças ao indivíduo, devido ao sistema de exploração e as condições precárias do mundo do trabalho. Demonstram-se as doenças relacionadas ao trabalho a partir das formas de precarização e, em seguida, aponta-se a relação entre depressão e precarização do trabalho. Foi constatado que entre as diversas doenças mentais possíveis que o trabalhador possa ter, os transtornos mentais e de comportamento são os mais recorrentes, em especial a depressão. Consideramos esse tema relevante para o Serviço Social porque o assistente social lida diariamente com as expressões da “questão social” e também com a precarização e intensificação do trabalho dos usuários.

**Palavras-Chave:** Trabalho. Precarização. Adoecimento. Depressão.

## **ABSTRACT**

The present study aims to analyze the relationship between depression and job insecurity. A qualitative and exploratory bibliographical research was carried out in the light of Marxian thought. It is shown how labor, an essential category of the capitalist mode of production and source of survival of the worker can cause various diseases to the individual, due to the system of exploitation and the precarious conditions of the world of work. Work-related illnesses are shown from the forms of precariousness and then the relationship between depression and job insecurity is pointed out. It has been found that among the many possible mental illnesses that the worker may have, mental and behavioral disorders are the most recurrent, especially depression. We consider this subject relevant to Social Work because the social worker deals daily with the expressions of the "social question" and also with the precariousness and intensification of the work of the users.

**Keywords:** Work. Precariousness. Sickness. Depression.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 CAPÍTULO 01 – A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....</b>	<b>17</b>
2.1 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO .....	17
2.2 MUNDO DO TRABALHO E O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE .....	24
2.3 AGRAVAMENTO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: NOTAS DA REFORMA TRABALHISTA .....	34
<b>3 CAPÍTULO 02 – A SAÚDE DO TRABALHADOR EM RISCO: MAPEAMENTO DOS TRANSTORNOS MENTAIS QUE ACOMETEM O TRABALHADOR .....</b>	<b>40</b>
3.1 SAÚDE E TRABALHO.....	40
3.2 TRANSTORNOS MENTAIS E DO COMPORTAMENTO RELACIONADOS AO TRABALHO .....	46
<b>4 CAPÍTULO 03 – DEPRESSÃO NO MUNDO DO TRABALHO.....</b>	<b>60</b>
4.1 “DEPRESSÃO NÃO É BRINCADEIRA”: COMPREENDENDO ALGUNS SINTOMAS, SINAIS E TRATAMENTO .....	60
4.2 “QUANDO O TRABALHO É PESADO”: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A SÍNDROME DE <i>BURNOUT</i> , DEPRESSÃO CAUSADA PELO TRABALHO .....	67
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>76</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O assistente social é um trabalhador que vende sua força de trabalho e se insere nas formas de exploração do sistema capitalista. Aliado a precárias condições objetivas do trabalho tem baixos salários, contratações temporárias, precarização dos vínculos, além das grandes demandas que fazem com que o profissional leve o trabalho para casa e não consiga separar sua vida particular da vida profissional. Esses fatores ocasionam no profissional um grande desgaste físico, psicológico e mental, além disso, estes profissionais muitas vezes acabam se culpabilizando pelas indignações que sofrem durante a jornada de trabalho.

O assistente social se insere nas estatísticas de profissionais que mais adoecem, segundo uma pesquisa da revista *Healt Magazine*, publicadas no site do jornal o Globo no ano de 2013, que traz o assistente social como o terceiro profissional que está mais propenso a desenvolver depressão, ficando atrás somente do enfermeiro particular e dos garçons<sup>1</sup>. A justificativa para a terceira colocação na pesquisa, segundo a revista, é por se tratar de uma profissão que lida diretamente com crianças vítimas de abuso e diversos tipos de violência, famílias em dificuldades financeiras ou desestruturadas e ainda os longos processos burocráticos que estes profissionais têm que enfrentar, ou seja, o que adoecce o profissional de Serviço Social é o seu contato direto com as expressões da “questão social”.

Uma pesquisa mais recente, do ano de 2016, feita pelo site americano *Business insider*, publicado no site da Revista Extra, traz também o assistente social no ranking das profissões mais estressantes, ocupando o décimo terceiro lugar, à frente de profissionais da saúde e da segurança como policiais e bombeiros<sup>2</sup>.

O assistente social tem sofrido diariamente com os processos de precarização do trabalho, as condições para a atuação destes profissionais muitas vezes são mínimas, falta desde os materiais para o trabalho até a própria sala para o profissional atender o usuário o que causa no profissional uma indignação por não conseguir exercer o seu trabalho de forma que possa atender as demandas dos usuários através da qualidade dos serviços prestados pela falta de condições técnicas e éticas de trabalho.

Desse modo, podemos compreender que a problemática da depressão faz parte do cotidiano profissional do assistente social, porém não somente deste profissional, mas de

---

<sup>1</sup> Informações retiradas do portal do Jornal O Globo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/emprego/dez-profissoes-que-podem-causar-depressao-7277775>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

<sup>2</sup> Informações retiradas do portal da Revista Extra. Disponível em: <<http://extra.globo.com/emprego/site-lista-29-profissoes-que-devem-ser-evitadas-por-quem-odeia-estresse-18454512.html>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

vários profissionais que são explorados cotidianamente. Por isso, precisamos conhecer as expressões da depressão vinculadas à dinâmica da precarização do trabalho.

No mundo precarizado contemporâneo temos: o desemprego estrutural, a intensificação da exploração, as subcontratações, as terceirizações, os rebaixamentos dos salários e a exigência do trabalhador polivalente; todos esses fatores acabam promovendo um desmonte dos direitos trabalhistas e pioram a qualidade de vida do trabalhador podendo ocasionar o desgaste físico e mental.

Entender como a precarização do trabalho pode contribuir para o adoecimento do profissional enquanto trabalhador assalariado inserido no modelo de produção capitalista, podendo lhe causar alguns transtornos mentais e de comportamento tendo a depressão como consequência dessa exploração foi o objetivo geral deste estudo. Tivemos também os objetivos específicos que tiveram sua contribuição nesse processo: (a) Conhecer o processo de precarização do trabalho na sociedade capitalista; (b) especificar as doenças ocupacionais do mundo do trabalho e, principalmente, as relacionadas aos transtornos mentais e de comportamento, com ênfase para depressão; e (c) compreender alguns fatores que podem levar o trabalhador ao adoecimento por causa da depressão.

A pesquisa foi bibliográfica, pois possibilitou um maior entendimento sobre tema, historicidade e seus principais conceitos. Utilizamos livros, artigos, periódicos para realizar o nosso estudo. Segundo Gil (2008, p. 50), “a pesquisa bibliográfica possibilita ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.”. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser entendida como um processo que envolve as etapas: escolha do tema; levantamento bibliográfico preliminar; formulação do problema; elaboração do plano provisório de assunto; busca das fontes; leitura do material; fichamento; organização lógica do assunto; e redação do texto (IDEM, 2002).

O tipo da nossa pesquisa foi também a pesquisa exploratória, porque visa à observação do fenômeno estudado.

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema

pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (GIL, 2008, p. 41).

Os dados foram obtidos por meio de fichamentos, pois os fichamentos são fundamentais para conseguir organizar as ideias mais importantes do conteúdo estudado. Além disso, escolhemos como forma de abordagem a pesquisa qualitativa, porque assim obteremos uma maior compreensão sobre o tema estudado, pois “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização.” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 31).

O nosso método de análise é o materialismo histórico dialético. O método de análise materialista, histórico e dialético é justificado por ser um método de interpretação que visa a realidade em sua totalidade, pois considera que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político e econômico (GIL, 2008).

De acordo com Netto (2011), para Marx a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento, mas se distingue de todas as outras modalidades e tem suas especificidades. “A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa.” (IBIDEM, p. 21)

Partindo dessa reprodução do movimento, Marx afirma que o papel do sujeito é essencialmente ativo: “o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa.” (IBIDEM, p. 25).

Segundo Netto (2011, p. 40), “uma teoria social da sociedade burguesa tem que possuir como fundamento a análise teórica da produção das condições materiais da vida social.”. Este ponto de partida não expressa um juízo ou uma preferência pessoal do pesquisador: ele é uma exigência que decorre do próprio objeto de pesquisa - sua estrutura e dinâmica só serão reproduzidas com veracidade no plano, ideal a partir desse fundamento.

Definido seu método, Marx também deixará claro de que forma começará sua análise, partirá do *particular para o geral*. Mas o que isso quer dizer?

O “particular” significa, para Marx, o simples, e por ser simples é uma abstração. Ao dizer do autor, o particular são os “conceitos mais simples”, as “abstrações cada vez mais tênues”, as “determinações mais simples” [...], para Marx, *o particular, o simples e o abstrato expressam o mesmo momento do método. Enquanto o concreto é o todo, é o complexo* (MONTAÑO; BASTOS, 2013, p. 17, grifos originais).

O objetivo da pesquisa marxiana é conhecer as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa. E o que são categorias? “Elas exprimem modo de ser, determinações de existência, elas são objetivas, reais, o pesquisador as reproduz teoricamente, as categorias são históricas e transitórias, sendo as categorias próprias da sociedade burguesa só válidas plenamente no seu marco (exemplo: trabalho assalariado).” (NETTO, 2011, p. 46).

Temos como categorias de análise desse estudo: precarização do trabalho, saúde do trabalhador, adoecimento e depressão.

A apresentação deste estudo foi dividida em três capítulos, fora a introdução e consideração finais.

No **Capítulo 01 – A precarização do trabalho na sociedade capitalista**, apresentaremos o trabalho como categoria fundante do modo de produção capitalista e como esse modo de produção tende a mercantilizar as coisas, inclusive as relações de trabalho (e relações pessoais) que também são vistas como mercadoria. Ao longo da discussão fizemos uma abordagem sobre os modelos fordista, toyotista e taylorista que foram utilizados pelo capital para explorar ainda mais a força de trabalho e precarizar as formas de contratação. É a partir desses modelos que surgem os trabalhadores polivalentes, terceirizados e subcontratados que estão presentes até hoje nas relações de trabalho e agora são regulamentados pelo Estado com a finalidade de favorecer economicamente as empresas. Fizemos também uma breve nota sobre a reforma trabalhista que se constitui como um grande retrocesso para a classe trabalhadora, pois retira direitos que foram conquistados a partir das lutas da classe trabalhadora.

No **Capítulo 02 – A saúde do trabalhador em risco: mapeamento dos transtornos mentais que acometem o trabalhador**, mostramos os principais transtornos mentais que acometem os trabalhadores decorrentes das diversas formas de precarização e exploração do trabalho e das pressões que o trabalhador sofre para suprir as necessidades das empresas capitalistas que estão cada vez mais ávidas por lucros. Mapeamos os principais transtornos e sintomas dessas doenças que podem decorrer do trabalho e relacionamos com as formas de precarização do trabalho que vão desde o aumento das jornadas de trabalho como uma alternativa para diminuir os gastos do capital com a produção, pois quanto menor o gasto com a produtividade maior será o lucro obtido, por isso o trabalhador precisa realizar as mais variadas funções a baixos salários e ambientes de trabalho insalubres.

No **Capítulo 03 – Depressão no mundo do trabalho**, relacionamos as causas, sintomas e a relação da depressão com a precarização do trabalho. Atualmente a depressão é conhecida como “mal do século”, sendo o transtorno mental que causa mais afastamentos dos

postos de trabalho e o que mais acometem os trabalhadores. O aparecimento dessa doença raramente é relacionado com as formas de precarização do trabalho o que faz com que o trabalhador seja culpabilizado pela baixa produtividade nas empresas, pois um dos principais sintomas da depressão além da tristeza profunda e o isolamento é a falta de motivação para realizar tarefas cotidianas como o trabalho. As empresas e demais instituições nas quais tem trabalhadores inseridos se eximem de suas responsabilidades com a saúde do trabalhador e estes na maioria das vezes não conseguem comprovar a relação da depressão com o trabalho.



## 2 CAPÍTULO 01 – A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

### 2.1 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHADO

Segundo Marx (2013), o trabalho é o controle do metabolismo social com a natureza, é também a categoria que produz em geral os valores de uso, sem os quais não há vida humana possível. Por isso, o trabalho é a condição eterna da vida humana, independentemente de qualquer forma de sociabilidade, sendo comum a todas as formas de organizações sociais (MARX, 1983 apud LESSA, 2007).

Para Ferreira (1992), a relação do homem com a natureza, através do trabalho, não é passiva, de mera adaptação do homem à natureza, mas uma ativa relação transformadora que o homem opera sobre a natureza. Na medida em que o homem transforma a natureza, o homem também começa a fazer, transformar e viver sua história (MARX, 2013). No desenvolvimento da sua história, o que antes ele produzia para o próprio consumo, começou também a produção para consumo de outros indivíduos, que se realizava na troca dos produtos do trabalho.

É através da produção e troca de mercadoria que o capitalismo surge, sendo a mercadoria a forma mais simples de valor no Modo de Produção Capitalista (MPC). O que antes servia apenas para uso pessoal se tornaria sinônimo de riqueza na sociedade capitalista. Segundo Netto e Braz (2012, p. 93, grifos originais),

historicamente, a produção mercantil é um fruto tardio do processo de constituição da sociedade humana – suas primeiras formas surgem quando a comunidade primitiva se desintegrou [...]. Todavia, nem o escravismo, nem o feudalismo podem ser considerados *modos de produção de mercadorias*; rigorosamente, apenas o modo de produção capitalista caracteriza-se como um modo de produção de mercadorias.

O capitalismo se efetivou como modo de produção em meados do século XVIII ao século XIX, consolidando-se como modo que impera tanto em países periféricos quanto em países desenvolvidos.

No capitalismo, a força de trabalho utilizada na produção de mercadorias também se transforma em mercadoria. Essa força de trabalho é vendida aos donos dos meios de produção, os capitalistas, se constituindo peça fundamental na produção do capital.

Na sociedade capitalista, os produtos do trabalho em sua generalidade são convertidos em forma de valor e, assim, o valor se torna a categoria central da produção social capitalista (FERREIRA, 1992).

É impossível falar do capital sem falar da mercadoria, pois a mercadoria é o elemento essencial deste modelo de produção que tende a mercantilizar todas as coisas. Segundo Marx (2013, p. 113), “a mercadoria é antes de tudo um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer.”. De acordo com Ferreira (1992, p. 35), “a forma mercadoria é uma forma de valor que já existia antes mesmo da configuração do modo capitalista de produção, mas é só no capitalismo que ela se torna a forma elementar da riqueza, a forma geral dos produtos do trabalho.”.

De acordo com Netto e Braz (2012, p. 101, grifos originais),

o valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho média, em condições históricas dadas, exigida para sua produção (*trabalho socialmente necessário*); tal valor só pode manifestar-se quando mercadorias diferentes são comparadas no processo de troca – isto é, através do *valor de troca*: é na troca que o valor das mercadorias se expressa.

Uma única mercadoria tem o papel de representar o valor de todas as outras mercadorias, essa mercadoria é chamada por Marx (2013) de “equivalente geral”. O ouro surge como uma mercadoria que representa o valor para outras mercadorias, sendo assim, ele funcionava como uma medida universal de valores; bem como o dinheiro, que assume papel de equivalente geral nas relações capitalistas. Assim, Marx (2013, p. 169) argumenta que,

as mercadorias não se tornam comensuráveis por meio do dinheiro. Ao contrário, é pelo fato de todas as mercadorias, como valores serem trabalho humano objetivado e, assim, serem por si mesma comensuráveis entre si, que elas podem medir conjuntamente seus valores na mesma mercadoria específica e, desse modo, convertê-la em sua medida conjunta de valor, isto é, em dinheiro. O dinheiro como medida de valor é a forma necessária de manifestação da medida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho.

Na mercadoria encontramos simultaneamente trabalho concreto e trabalho abstrato, mas não se trata de dois trabalhos separados, eles formam uma unidade na produção capitalista, sendo que o trabalho concreto produz valores de uso e o trabalho abstrato valores de troca (NETTO; BRAZ, 2012). Portanto, a mercadoria contém esses dois trabalhos e esses dois valores diferentes.

A mercadoria tem o papel de satisfazer as necessidades do homem, sejam necessidades materiais ou espirituais (MARX, 2013). A utilidade desta mercadoria constitui

seu valor de uso, no entanto, para produzir mercadoria é necessário que o valor de uso tenha um valor de uso social, conforme aponta Marx (2013, p. 114):

O valor de uso de uma mercadoria está na sua utilização ou transferência para outras pessoas por meio da venda ou da troca, sendo assim a mercadoria pode ser valor de uso ou valor de troca, os materiais produzidos para suprir as próprias necessidades do produtor não se constituem valor de uso, somente o que é produzido para satisfazer a necessidade de outrem é mercadoria constituindo assim seu valor de uso. Já o valor de troca, aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual, valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço.

Para a produção de valores de uso, o homem faz uso do trabalho concreto. É através do trabalho concreto que o homem transforma a natureza para suprir suas próprias necessidades. Segundo Ferreira (1992), o trabalho concreto é uma atividade orientada de acordo com um objetivo pretendido; nesse processo temos o objeto a ser modificado, a técnica a ser utilizada para obter esta transformação (o que implica a utilização dos instrumentos de trabalho).

Conforme Marx (2013) e Ferreira (1992), podemos afirmar que valores de uso qualitativamente diferentes implicam trabalhos concretos também qualitativamente diferentes, porque para haver a troca das mercadorias é necessário que os produtores criem valores de uso qualitativamente diferentes, caso contrário esses valores de uso não poderiam ser mercadorias, nem poderiam ser trocados, pois não seria racional na sociedade capitalista trocar produtos que tem o mesmo valor de uso.

Para produzir mercadorias é necessário que essa produção seja repartida entre vários homens com processos de trabalho diferentes, processo denominado por Marx (2013) de divisão social do trabalho. Além disso, para que se produzam diversas mercadorias é preciso que esse trabalho seja coletivo, como também para se produzir mercadorias na sociedade capitalista é necessária a propriedade privada dos meios de produção (NETTO; BRAZ, 2012).

Nas sociedades onde impera o modo de produção capitalista, quanto mais este se desenvolve, mais a lógica mercantil invade, penetra e satura o conjunto das relações sociais: as operações de compra e venda não se restringem a objetos e coisas – **tudo** é objeto de compra e venda, de artefatos materiais a cuidados humanos. O modo de produção capitalista universaliza a relação mercantil. É nesse sentido que, estruturalmente, ele pode ser caracterizado como o modo de produção de mercadorias. (IBIDEM, p. 98, grifos originais).

A produção genuinamente capitalista teve seu início em meados do século XVIII quando a produção simples foi derrubada. As bases desse novo modelo de produção têm o

proprietário dos meios de produção apenas como comprador da força de trabalho, os proprietários dos meios de produção não trabalham mais como na produção mercantil simples, nessa nova fase os proprietários apenas compram a força de trabalho que com a ajuda dos meios de produção vai produzir mercadorias.

A diferença da produção mercantil capitalista para a produção mercantil simples assenta-se na exploração da força de trabalho que o capitalista compra mediante o salário. Os ganhos (lucros) do capitalista, diferentemente dos ganhos do comerciante, não provêm da circulação: sua origem está na exploração do trabalho reside no interior do processo de produção das mercadorias, que é controlado pelo capitalista. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 83).

Desse modo, o modelo de circulação das mercadorias também se difere. O capitalista não produz mercadorias para que estas sejam trocadas por outras mercadorias como faziam os comerciantes, pois

[...] o lucro capitalista exige a continuidade da produção e o seu controle pelo capitalista nem uma nem outro são decisivos para o comerciante. Se tanto o comerciante quanto o capitalista têm no lucro o seu único objetivo, para este último o fato de comandar a produção é central. Assim, a circulação mercantil capitalista expressa-se na seguinte fórmula: D-M-D' (Dinheiro, Mercadoria, Dinheiro acrescido). (IBIDEM, p. 83).

Outra diferenciação da produção mercantil para a produção capitalista, é que a produção capitalista é fundada no trabalho assalariado, sendo o salário o preço que o capitalista paga pela força de trabalho. Sendo assim, as classes fundantes do capitalismo são: capitalista (burguês) que detém os meios de produção e o trabalhador (proletário<sup>3</sup>) que vende sua força de trabalho para sobreviver.

Segundo Marx, a circulação das mercadorias distingue-se da troca direta de produtos não só formalmente, mas também essencialmente:

Diferentemente da troca direta de produtos, o processo de circulação não se extingue com a mudança de lugar ou de mãos de valores de uso. O dinheiro não desaparece pelo fato de, no final, ficar de fora da série de metamorfose de uma mercadoria. Ele sempre se precipita em algum lugar da circulação deixado desocupado pelas mercadorias. A substituição de uma mercadoria por outra sempre faz com que o dinheiro acabe nas mãos de um terceiro. A circulação transpira dinheiro por todos os poros. (MARX, 2013, p. 186).

---

<sup>3</sup> O proletariado é a única classe da sociedade capitalista que produz o “conteúdo material da riqueza”, que “produz” o “capital”, pois é ela a única classe que exerce a função social de converter a natureza em meios de produção e de subsistência. Ela é, na sociedade capitalista, a única classe cujo “trabalho produtivo” “produz” não apenas mais valia, mas também “capital social total”. (LESSA, 2007, p. 179).

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital, nesse processo o dinheiro assume a função de meio de circulação. Na fórmula M-D-M (mercadoria, dinheiro, mercadoria) inicia o processo de vender para comprar, isto é, as mercadorias são trocadas por dinheiro e depois são convertidas novamente em mais mercadorias (MARX, 2013). Sendo assim, o ciclo M-D-M tem seu ponto de partida na mercadoria e encerra-se na mercadoria, sua finalidade é entrar na circulação e sair no consumo, ou seja, comprar a mercadoria para que esta gere dinheiro e por consequência gere mais mercadorias e assim possa satisfazer as necessidades de outrem produzindo assim valor de uso (IBIDEM).

Na fórmula D-M-D (dinheiro, mercadoria, dinheiro) ocorre exatamente ao contrário, aqui a transformação do dinheiro em mercadorias converte-se novamente em dinheiro, neste processo compra-se mercadorias para que estas possam ser vendidas por um valor acrescido ao da compra (IBIDEM). O ponto de partida do ciclo D-M-D é o dinheiro e sua finalidade é a valorização do dinheiro, ou seja, na fórmula D-M-D, o objetivo principal é o dinheiro acrescido, é nesse processo de valorização do dinheiro que surge o capital (IBIDEM). Ferreira (1992, p. 82) contribui no entendimento desse processo,

Na circulação D-M-D dinheiro é transformado em capital e a finalidade do processo é o próprio processo, agregar valor ao valor inicial. Enquanto a venda para compra, M-D-M, tem um objetivo final que está fora da circulação, a apropriação de valores de uso, a satisfação de necessidades, a forma D-M-D a circulação do dinheiro como capital tem uma finalidade intrínseca: “o valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo, tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho”.

A fórmula D-M-D serve tanto para o capital comercial quanto para o capital industrial sendo considerada assim a fórmula geral do capital. Segundo Marx (2013), no capital industrial, o dinheiro que se transforma em mercadoria e, por meio da venda da mercadoria transforma-se em mais dinheiro.

O valor gerado “a mais” no processo de produção capitalista, D-M-D’, provém da compra da força de trabalho. O capitalista compra a força de trabalho como qualquer outra mercadoria, mas o valor que o trabalhador produz no processo de produção capitalista é maior do que o valor que o capitalista paga pela a força de trabalho (NETTO; BRAZ, 2012).

Segundo Ferreira (1992, p. 85),

O valor a mais, gerado no processo D-M-D’, consiste em que o capitalista paga pela força de trabalho um valor aquém do que ela é capaz de criar, e, no entanto, o capitalista paga pela força de trabalho o que ela vale, pois o processo de circulação é processo de troca de equivalentes, se considerado em sua lógica intrínseca: A transformação do dinheiro em capital tem de ser desenvolvida com base nas leis

imanescentes ao intercâmbio das mercadorias, de modo que a troca de equivalentes sirva de ponto de partida.

Para Netto e Braz (2012), ao longo da jornada de trabalho, o tempo de trabalho se desdobra em duas partes: primeira, o trabalhador produz o valor correspondente àquele que cobre a sua reprodução, denominado tempo de trabalho necessário; segunda, o trabalhador produz o valor excedente (mais-valia), chamado de tempo de trabalho excedente. Entre trabalho necessário e trabalho excedente ocorre a taxa de mais-valia, caracterizado como a taxa de exploração do trabalho pelo capital.

Desse modo, o valor da força de trabalho é constituído pelo tempo de trabalho necessário à produção. Sendo que, o trabalhador é capaz de criar um valor maior que o necessário para a sua subsistência (e de sua família), e esse valor maior que o trabalhador produz pertence ao capitalista que comprou sua força de trabalho por x tempo, como observa Ferreira (1992, p. 86):

O valor a mais que o trabalhador cria com seu trabalho é apropriado pelo capitalista, obviamente, pois a própria força de trabalho passará a ser do capitalista, que a comprará no mercado, como os demais fatores objetivos necessários ao processo de trabalho, que também são de propriedade capitalista. De modo que o resultado do processo de trabalho, as mercadorias produzidas pertencem ao capitalista.

Portanto, o salário que representa o valor pago pelo capitalista será sempre menor ao valor produzido na jornada de trabalho pelo trabalhador. A força de trabalho, durante a jornada de trabalho, produz mais valor que aquele necessário à sua produção, sendo assim mesmo pagando o salário que é o valor pela força de trabalho o capitalista consegue extrair da jornada de trabalho o excedente, ou seja, a mais-valia que é a fonte do seu lucro.

A parte que excede o valor de sua produção/reprodução é apropriada pelo capitalista, a relação capital/trabalho, personalizada na relação capitalista/proletário, consiste, pois, na expropriação (ou extração, ou extorsão) do excedente devido ao produtor direto (o trabalhador): é nessa relação de exploração que se funda o modo de produção capitalista. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 101).

Ainda segundo Netto e Braz (2012, p. 113, grifos originais),

o capitalista compra a força de trabalho dos trabalhadores pelo seu valor, paga-lhes um salário que corresponde ao valor da sua reprodução [...]. Com efeito, comprando a força de trabalho do proletário pelo seu valor, o capitalista tem o direito de dispor do seu valor de uso, isto é, de dispor da sua capacidade de trabalho, capacidade de movimentar os meios de produção. Mas a força de trabalho possui uma *qualidade única*, um traço que a distingue de todas as outras mercadorias: **ela cria valor** – ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um

*valor superior ao que custa. E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro.* O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso.

Os meios de produção que o capitalista investe são chamados de capital constante, a força de trabalho é denominada de capital variável. Para o capitalista o que importa é a exploração do capital variável (trabalho vivo que gera valor), o capital constante não é explorado pelo capitalista; a fonte de lucro do capital está na exploração do trabalho vivo, ou seja, do capital variável (MARX, 2013; NETTO; BRAZ, 2012).

Podemos afirmar que o lucro gerado pelo modo de produção capitalista advém da exploração da força de trabalho. O trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria e com seu salário compra outras mercadorias para sobreviver, esse movimento constante faz com que o dinheiro retorne mais uma vez para as mãos do capitalista.

A força de trabalho é comprada pelo valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do trabalhador. Porém, o trabalhador recebe o pagamento efetivamente apenas depois do uso de sua força de trabalho no processo de produção, como afirma Ferreira (2012, p. 111), “a força de trabalho está vendida, ainda que ela só seja paga posteriormente.”. Sendo assim,

se o trabalhador só recebe o pagamento depois do consumo da força de trabalho, sendo que o seu consumo reproduz o valor do capital adiantado e gera ainda uma valorização desse valor, significa que a força de trabalho é paga com parte do valor que ela mesma gerou com seu consumo, ou seja, no processo de produção. (FERREIRA, 1992, p. 112).

Netto e Braz (2012, p. 121, grifos originais) também apontam que:

Um modo de ampliar o tempo de trabalho excedente consiste na **extensão da jornada de trabalho** sem alteração de salário: aumentando-se duração da jornada (dez, doze, catorze horas etc.), conserva-se a *mesma* duração do tempo de trabalho necessário e se *acresce* o tempo de trabalho excedente. Esse modo de incrementar a produção do excedente a ser apropriado pelo capitalista designa-se como **produção de mais-valia absoluta** [...]. Mas a extensão da jornada encontra dois limites, que travam os interesses capitalistas. O primeiro é de natureza fisiológica: uma força de trabalho submetida em médio prazo a jornadas prolongadas torna-se débil, logo se exaure e tem sua reprodução ameaçada [...]. O segundo é de natureza política: a resistência e as lutas dos trabalhadores contra jornadas estendidas, protagonizadas pelo movimento operário [...].

Com a exploração do homem pelo capitalismo surge também outra categoria que foi criada e mantida por esse sistema o “exército industrial de reserva” (MARX, 2013). Essa

categoria tem como principal função pressionar os trabalhadores ativos a aceitarem as regras do jogo do capital. A acumulação do capital faz com que haja também um crescimento na classe trabalhadora, resultando um número maior de força de trabalho do que o capital é capaz de absorver. Como observa Ferreira (1992, p. 127-128):

Marx chama de “exército industrial de reserva” a essa população trabalhadora excedente, porque ela serve à produção capitalista mesmo em sua inatividade. Primeiro, porque eventualmente o capital pode dispor dessa massa de trabalhadores, que constitui assim um reservatório apto a suprir as necessidades do capital, se preciso [...]. Segundo, esse exército industrial de reserva pressiona os trabalhadores ocupados. O exército industrial de reserva funciona, pois, coercitivamente sobre a massa de trabalhadores empregados, dos quais o capital exige parcelas maiores de sobretrabalho, por outro lado, o sobretrabalho também contribui para que seja menor a massa de trabalhadores empregada [...]. A formação de um exército industrial de reserva é, desse modo, um resultado e uma condição da acumulação capitalista.

Portanto, cabe especificar que é da relação capital/trabalho que surgem as diversas classes (principalmente as classes antagônicas: capitalista x proletariado). A classe trabalhadora vive à margem da sociedade, com condições mínimo-precárias de saúde, educação, saneamento básico e até mesmo a alimentação, que é indispensável para a sobrevivência. Essa sociedade capaz de produzir tanta riqueza e acumular tanto dinheiro é a mesma que produz pobreza e miséria na mesma proporção.

## 2.2 MUNDO DO TRABALHO E O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Nesse item abordaremos os modelos clássicos de exploração da força de trabalho, o fordismo/taylorismo e o toyotismo, que nasceram no chão de fábrica de grandes montadoras de automóveis, mas que se espalharam por todos os setores de produção de mercadoria. Mesmo surgindo há um pouco mais de um século, continua cada vez mais atual os processos de trabalho, agregado a outros modelos de produção de capital como a reestruturação produtiva e as novas formas de acumulação flexível.

No intervalo entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX ocorreram as principais transformações científicas e tecnológicas sobre as quais se fundamentaram as condições da vida contemporânea. Nesse período constituíram-se os principais sistemas de organização do trabalho: sistemas taylorista, fordista e toyotista.

O fordismo surgiu em 1914, quando Henry Ford modificou o processo artesanal de produção de carros com a implantação do sistema taylorista na linha de montagem, o trabalho



era fragmentado, pois cada trabalhador era responsável por uma pequena parcela do processo de produção, sendo assim, não era necessária uma mão de obra qualificada. A ideia básica do sistema de Ford era padronizar os produtos e fabricá-los em larga escala, centenas ou milhares diariamente. Após o sistema taylorista<sup>4</sup>, Ford colocou o objeto do trabalho num mecanismo automático que passasse por todas as fases de produção, desde a transformação da matéria-prima até o estágio final, o acabamento do produto (PINTO, 2013).

Para Pinto (2013), foi na produção industrial que a metodologia de Taylor predominou ao longo do século XX, por sua simplicidade teórica e aplicação universal, percorrendo grandes partes da cadeia produtiva. O sistema taylorista/fordista elevava a especialização das atividades de trabalho a um plano de limitação e simplificação tão extremo que o operário se tornava uma continuidade da máquina.

Associado à questão da subjetividade do trabalhador, o “operário perfeito”, dois elementos que acompanham o sistema taylorista/fordista são os altos índices de absenteísmos, consequentemente, alta rotatividade no quadro dos operários. Além de um baixo nível de qualificação educacional e profissional e total desinteresse, já que as condições de trabalho não estimulam um processo de aprendizagem.

No período entre 1945-1973 o fordismo/taylorismo vigorou e expandiu exponencialmente o capital, o que foi denominada de “Era de ouro” do capitalismo. Conforme Santos (2009), possibilitou aos trabalhadores estabilidade no emprego, direitos previdenciários, saúde e educação. Isto é, para o capital continuar se expandindo foi necessário oferecer alguns direitos aos trabalhadores para conter as lutas de classe, os capitalistas puderam controlá-los através do Estado.

Segundo Antunes (2005), a partir de 1973, o modelo fordista/taylorista começou a entrar em crise. Foi no início dos anos de 1970 que se iniciou uma crise causada principalmente pela queda na taxa do lucro.

Como solução para a crise do fordismo surge um novo modelo de produção no Japão em meados dos anos 70, o toyotismo, que emergiu dentro das fábricas de automóveis da Toyota e expandiu-se para todo o mundo. Com esse novo modelo, os processos de produção em massa passam a ser substituídos pela produção flexível e por novos padrões de produtividade. O sistema de organização mais ousado foi o toyotista, desenvolvido pela Toyota Motor Company, no Japão. De acordo com Pinto (2013, grifos nossos), o fundamento

---

<sup>4</sup> Taylor é considerado o “pai” da administração científica, matéria do conhecimento, que trata de organizar qualquer atividade de trabalho, industrial, agrícola, financeira, comercial, governamental etc.

do sistema toyotista era a produção e entrega mais rápidas e precisas que outros sistemas, mantendo uma empresa *enxuta e flexível*.

A produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este que determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. (ANTUNES, 2008).

O sistema toyotista surgiu num contexto econômico lento, onde o mercado interno visava o consumo de quase todos os tipos de bens de serviços e caracterizava-se pela pequena expansão da demanda. Desde 1947, a Toyota implantou em suas fábricas de automóveis um dos elementos fundamentais desse sistema, a chamada “autonomação”<sup>5</sup>. Esse mecanismo permite que um só operário conduza várias máquinas no processo produtivo, acabando com a clássica relação do sistema taylorista/fordista *um trabalhador por máquina*.

Para Taylor não tinha cabimento a forma com que os administradores e supervisores do seu tempo controlavam as atividades de seus subordinados, dando-lhes incentivos como promoção rápida, salários mais levados, menores jornadas, melhores condições, em troca de suas “iniciativas”. Incentivos nenhum satisfariam os trabalhadores a permanecer em uma situação de subordinação absoluta aos seus empregadores, segundo o entendimento de Taylor (PINTO, 2013).

Além da produção flexível, para Peres (2000, p.7), o toyotismo “propõe os círculos de controle de qualidade (CCQs), a busca da “qualidade total”, a gestão participativa, *kaban* e *just in time*.”, nesse modo de produção o trabalhador passa a operar várias máquinas, diferentemente do que aconteceu no fordismo em que cada trabalhador era responsável por uma pequena parcela da produção tornando-se um trabalhador polivalente, além disso, o trabalho também passa a ser realizado em equipe, excluindo assim o trabalho fragmentado e individualizado que existia no fordismo.

Para efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das

---

<sup>5</sup> “‘Autonomação’ é um neologismo criado a partir da junção das palavras ‘autonomia’ e ‘automação’, pois se trata de um processo pelo qual é acoplado às máquinas um mecanismo de parada automática em caso de detectar-se algum defeito no transcorrer da fabricação, permitindo-as assim funcionar autonomamente (independente da supervisão humana direta), sem que se produzissem peças defeituosas.”. (CORIAT, 2013, p.62 apud PINTO, 1994).

condições de mercado. O ponto de partida básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras. (ANTUNES, 2008, p. 34).

O trabalhador passou a ser contratado de acordo com a produção, são os trabalhadores temporários, apesar de parecer mais flexível do que o modelo fordista, o toyotismo explora o trabalhador da mesma forma, uma vez que as jornadas de trabalho continuam intensas.

Devido às rápidas transformações tecnológicas e alta concorrência capitalista, nenhuma esfera do trabalho social está livre da intensa e degradante exploração do trabalho humano, em nome de uma acumulação de riqueza cada vez maior, desigual e sem fins coletivos, o que aumenta as diferenças entre setores, regiões e países, consequentemente, o surgimento de várias doenças relacionadas ao trabalho.

Para excluir a ideia de exploração do trabalho, as grandes empresas passaram a utilizar termos como “famílias” e “colaboradores”, inserindo os trabalhadores nas formas de gestão da empresa, a chamada “gestão participativa”, onde todos podem opinar na administração da empresa, e com todas essas artimanhas os capitalistas podem conter as reivindicações da classe trabalhadora.

A subsunção do ideário do trabalhador aquele veiculado pelo capital, a sujeição do *ser* que *trabalha* ao “espírito” Toyota, à “família” Toyota, é de muito maior intensidade, é *qualitativamente* distinta daquela existente na era do fordismo. Esta era movida centralmente por uma lógica mais *despótica*; aquela a do toyotismo é mais *consensual*, mais *envolvente*, mais *participativa* em verdade mais *manipulatória*. (IBIDEM, p. 42, grifos originais).

Além da alienação do trabalho, o toyotismo utiliza a tese do trabalho polivalente para diminuir a mão de obra fazendo com que o número de vagas de trabalho também seja reduzido, para assim aumentar o lucro no processo de produção, pois quanto menor o gasto com mão de obra maior a exploração do trabalhador, que deve ser apto para realizar diversas tarefas ao mesmo tempo e ter controle sob as mais variadas máquinas.

Essa forma flexibilizada de acumulação capitalista baseada no modelo toyotista teve consequências enormes no mundo do trabalho, como afirma Antunes (2005, p. 28, grifos originais):

Há uma crescente redução do proletariado fabril estável, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/fordismo e que vem diminuindo com a reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, típico da fase do toyotismo; há um enorme incremento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado. São os “terceirizados”, subcontratados, *part-time*, entre tantas formas assemelhadas que se expandem em inúmeras partes do mundo.

Ainda de acordo com Antunes (2005), há também uma exclusão de jovens e idosos no mercado de trabalho, por outro lado temos a inclusão precoce do trabalho infantil, principalmente em países asiáticos e latino-americanos, um aumento significativo da força de trabalho feminina principalmente em trabalhos precarizados e desregulamentados. No espaço fabril ocorre uma divisão sexual do trabalho onde os homens assumem os melhores cargos e as mulheres ocupam cargos inferiores e com menores salários, o mesmo acontece com os negros e imigrantes e ainda uma expansão do trabalho no terceiro setor (IBIDEM).

Esses processos de exploração da força de trabalho são regulamentados em lei, como a recente aprovação da reforma trabalhista que precariza ainda mais as relações trabalhistas, como afirma Antunes (2008), “a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais a força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos [...]” (IBIDEM, p. 50). Ou seja, diminui os empregos regulamentados e aumenta as formas precárias de contratação através da mão de obra de trabalhadores parciais, temporários e subcontratados, que depois de servir ao processo produtivo ganhando baixos salários e trabalhando em jornadas extensivas, além de muitas vezes exercerem inúmeras funções, serão demitidos sem nenhum direito garantido e provavelmente serão apenas mais um dado estatístico do desemprego estrutural e do mercado informal de trabalho.

A polivalência do trabalho ou a criação dos “trabalhadores multifuncionais” introduzidos junto com o modelo toyotista e que perpetua até os dias de hoje, faz com que o trabalho qualificado seja desvalorizado, reduzindo assim os níveis de salários e aumentando a intensidade das jornadas de trabalho que é o que mais importa para o capital.

Evidencia-se, portanto, que ao mesmo tempo em que se visualiza uma tendência para a *qualificação* do trabalho, desenvolve-se também intensamente um nítido processo de *desqualificação* dos trabalhadores, que acaba configurando um processo contraditório que *superqualifica* em vários ramos produtivos e *desqualifica* em outros. (IBIDEM, p. 58, grifos originais).

A difusão do sistema taylorista/fordista e o seu desenvolvimento aumentaram ainda mais a lacuna da divisão social, tornando diferentes categorias de trabalhadores mais dependentes dos seus empregadores e mais fragmentados como classe social na defesa dos seus direitos.

Portanto, observa-se o quanto o modelo de produção capitalista é contraditório, principalmente em relação ao trabalho, pois com a mesma velocidade que faz aparecer novas profissões faz com que elas desapareçam, como podemos observar em Antunes (2008, p. 56-57):

Os mineiros, metalúrgicos e construção naval, praticamente desapareceram em setores que foram inteiramente informatizados, [...] e requalificou-se em outros, como na siderurgia, onde presenciar a formação de um segmento particular de “operários-técnicos” de alta responsabilidade, portadores de características profissionais e referências culturais sensivelmente diversas do restante do pessoal operário.

Essa classe em que o autor cita, que se difere do restante do operariado, é a classe que assume os cargos de diretoria, gerência, supervisão e coordenação. O trabalhador por estar em um cargo superior na empresa não se reconhece enquanto trabalhador assalariado e, muitas vezes, ainda incorpora o papel do capitalista se impondo contra a sua própria classe, que é a classe trabalhadora.

Essa é apenas mais uma forma do capital de enfraquecer as lutas de classe e destruir todas as possibilidades da classe operária de fazer suas reivindicações. O mesmo acontece com os sindicatos que são ligados a empresas ou partidos políticos, estes servem apenas para obedecer às ordens do capital e do mercado e manipular a classe trabalhadora para ceder às vontades do capital. E quando os verdadeiros sindicatos querem se manifestar para garantir os direitos dos trabalhadores, aparece “a mão invisível do Estado”, comandado em sua essência pelo mercado, para criminalizar os movimentos trabalhistas e punir todos os tipos de greves que estejam pautadas melhorias dos direitos. Como punição para essas possíveis greves eles utilizam o corte nos baixos salários, que muitas vezes são pagos atrasados ou parcelados.

Desse modo, o Estado exerce seu papel de transformar em leis as formas de exploração do capital sobre o trabalho, ele continua sendo mínimo para a classe trabalhadora e máximo para o capital, devido ao seu pertencimento ao “comitê executivo da burguesia”.

A sociedade contemporânea, caracterizada pelo grande consumo, simbolizado pelos *shoppings centers*, deixa claro todo o desperdício e superfluidade das classes médias altas e classes proprietárias, diferentemente da maioria das pessoas que vivem do seu trabalho e não podem ter acesso a esse “sonho de consumo”. Para Antunes (2005) essa sociedade do consumo destrutivo e supérfluo, impede que os verdadeiros produtores da riqueza social participem do consumo.

Grande parcela da força humana mundial que trabalha realiza trabalhos parciais, precarizados ou está desempregada, isso porque o capital necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de trabalho terceirizado, que está em crescimento no mundo produtivo industrial e de serviços.

Com a tendência expansionista do sistema produtivo, o capital ao mesmo tempo em que reitera sua capacidade de “qualidade total” torna-se inimigo da durabilidade dos produtos e mercadorias. A necessidade de reduzir o tempo de vida útil dos produtos para aumentar a velocidade do ciclo reprodutivo do capital faz com que a “qualidade total” seja uma cobertura aparente, uma vez que os produtos devem durar cada vez menos para que sua reposição no mercado seja rápida.

A classe trabalhadora é formada por homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho sob a forma de assalariamento, sua única alternativa de sobrevivência, pois não detém os meios de produção.

Segundo Antunes (2005), o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de mercadorias, além de incrementar o trabalho morto, corporificado no maquinário tecnocientífico, aumenta a produtividade do trabalho, intensificando as formas de extração sobre o trabalho em tempo cada vez menor. Esse processo de liofilização,

[...] caracterizado pela redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto, pela substituição crescente de parcelas de trabalhadores manuais pelo maquinário tecnocientífico, pela ampliação da exploração da dimensão subjetiva do trabalho, pela sua dimensão intelectual no interior das plantas produtiva, além de pela ampliação generalizada dos novos trabalhadores precarizados e terceirizado da “era da empresa enxuta”. (IBIDEM, p. 50).

Deve-se incorporar a classe trabalhadora ou “classe que vive do trabalho”<sup>6</sup>, os que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como a enorme quantidade de trabalhadores

---

<sup>6</sup> “A classe-que-vive-do-trabalho é tanto masculina quanto feminina. É, portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero-para-si-mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher.” (ANTUNES, 2008, p.51). Por outro lado, Lessa (2007, grifos nossos) afirma que uma das teses centrais de Antunes que diz que a classe trabalhadora teria se transformado na *classe-que-vive-do-trabalho* nunca deixou de ser polêmica: “Como há uma crescente imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo contemporâneo” para “reconhecer que o mundo do *trabalho* vem sofrendo mutações importantes” seria imprescindível um conceito como o da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999, p. 102-103 apud LESSA, 2007, p. 81, grifos originais). “O fato de um operário ser obrigado a cumprir tarefas produtivas e improdutivas não as faz idênticas, nem muito menos significa que uma incorpore a outra. Significa apenas que o trabalhador está sendo mais intensamente explorado. O que distingue o trabalho produtivo do trabalho improdutivo é a função social de produzir (ou não) mais-valia, e não o indivíduo que os executa.” (LESSA, 2007, p. 82).

precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, temporários como também os trabalhadores rurais (os boias-frias), além dos desempregados que formam o exército industrial de reserva. Excluem dessa classe de trabalhadores os gestores do capital e os que vivem de juros e de especulação.

Precisamos compreender a classe trabalhadora hoje como um conjunto que vive da venda da sua força de trabalho, assalariados e desprovidos dos meios de produção. Com sua conformação mais fragmentada, heterogênea e complexa do que a que predominou no apogeu dos anos do taylorismo e do fordismo.

Hoje, muito mais do que durante a fase de hegemonia taylorista/fordista, o trabalhador é instigado a se autocontrolar, a autorreprimir-se e, até mesmo, auto-punir-se quando a produção não atinge a meta desejada (chegando até mesmo, em situações extremas como o desemprego e o fechamento de empresas, ao suicídio a partir do fracasso no trabalho). (ANTUNES, 2005, p. 53).

Entre os trabalhadores há um número expressivo de mulheres, esta tendência de feminização abarca cerca de 40% da força de trabalho em vários países, inclusive os mais avançados. Entretanto, essa expansão do trabalho feminino vai a desencontro quando se trata de igualdade salarial, seu percentual de remuneração é bem menor do que o trabalho masculino. Dentro do espaço fabril, geralmente as atividades baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto as dotadas de menor qualificação são destinadas às mulheres trabalhadoras.

O que, portanto, é efetivo – ainda que limitado – momento de emancipação *parcial* das mulheres diante da exploração do capital e diante da opressão masculina, avanço caracterizado pela ampliação positiva da mulher no mundo do trabalho, o capital, por seu lado, converte em uma fonte que intensifica e aumenta ainda mais as desigualdades sociais entre os sexos no universo do trabalho. (IBIDEM, p. 57, grifos originais).

Uma recente pesquisa intitulada *Para onde vai o mundo do trabalho? As formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil*, feita com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) faz um desenho detalhado da realidade recente do mundo do trabalho no Brasil. Segundo Antunes (2011, p. 126), “o eixo principal [dessa] pesquisa buscou captar a percepção dos próprios trabalhadores acerca do processo social em que estão inseridos, gestado no interior das contradições que moldam os mundos do trabalho e do capital.”.

A partir da década de 1990 se intensificou o processo de reestruturação produtiva no Brasil. A pesquisa mostrou claramente uma mescla entre elementos do fordismo e elementos oriundos das novas formas de acumulação flexíveis, como também influxos toyotistas.

Se durante a década de 1980 o processo de reestruturação produtiva no Brasil foi limitado e seletivo, a partir da década de 1990, ele se ampliou:

Quer mediante programas de qualidade total e dos sistemas *Just-in-time* e *Kanban*, quer mediante a introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade (de que é exemplo o Programa de participação nos lucros e resultados – PLR), sob uma pragmática que se adequava fortemente aos desígnios neoliberais (ou social liberais), finalmente o mundo produtivo encontrou uma contextualidade propícia para o deslanche rigoroso de sua reestruturação do assim chamado enxugamento empresarial e da implantação de mecanismos estruturados em moldes mais flexíveis. (ANTUNES, 2011, p. 127, grifos originais).

As práticas flexíveis de contratação da força de trabalho nos bancos, como a ampliação da terceirização, contratação de trabalhadores por tarefas ou em tempo parcial e introdução de *call centers*, trouxeram consequências como maior precarização dos empregos e a redução dos direitos sociais para os empregados em geral, principalmente para os terceirizados.

Em um contexto de crescente desemprego e de aumento de formas precárias de contratação, os assalariados bancários foram compelidos a desenvolver uma formação geral e polivalente, na tentativa de manter seus vínculos de trabalho, sendo submetidos à sobrecarga de tarefas e a jornadas de trabalho extenuantes. Agravaram-se os problemas de saúde no espaço de trabalho nas últimas décadas e observou-se um aumento sem precedentes das lesões por esforço repetitivo (LER), que reduzem a força muscular e comprometem os movimentos, configurando-se como doença típica da era da informatização do trabalho, conforme também constatamos na pesquisa realizada no universo bancário. (IBIDEM, p. 129).

Sob o movimento das máquinas, homens e mulheres realizam infindáveis operações de registro e transferência de valores. Quanto mais produzem, os trabalhadores perdem seus postos de trabalho.

Um dos mecanismos atuais que os capitalistas utilizam com o aprofundamento da crise estrutural do capital, é o Programa de Demissão Voluntária (PDV). Segundo a advogada Letícia Sedola Coelho<sup>7</sup>, a demissão não precisa ser um trauma para o trabalhador e manter o empregado também não pode ser um fardo para a empresa, por isso existe o PDV, que é feito para incentivar o trabalhador a pedir demissão dando fôlego à empresa manter-se no

---

<sup>7</sup> Informações retiradas do portal Sedola Coelho Advocacia. Disponível em: <<http://www.advleticiasedolacoelho.com.br/dicas-juridicas1446305517/programa-de-demissao-voluntaria-ou-pdv-conheca-um-pouco-mais.html>>. Acesso em: 05 ago. 2017.



mercado. Obviamente essa argumentação da advogada nos mostra uma preocupação com a lucratividade da empresa, e não como o trabalhador irá se reproduzir sem emprego.

O PDV não tem previsão na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, mas é aceito pelos Tribunais do Trabalho e normalmente é feito em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores. Ele contempla além das verbas rescisórias (saldo de salário, férias, 13º salário, liberação do FGTS) algumas vantagens para estimular o trabalhador a aderir ao Plano, como por exemplo: um salário por ano trabalhado; assistência médica ao empregado e seus dependentes por 6 (seis) meses a 1 (um) ano após o desligamento da empresa.

Os trabalhadores deverão aderir ao Plano de forma “livre”, jamais poderão ser forçados a participar. Havendo necessidade de dispensar sem adesão voluntária dos trabalhadores, a empresa deve fazer Programa de Demissão Involuntária, que prevê outros direitos diferentes da dispensa voluntária.

Ao aderir ao Plano de Demissão Voluntária o empregado tem sua demissão efetivada, com o pedido feito por ele, por escrito. Após isso receberá suas verbas rescisórias de forma parcelada. Mesmo aderindo ao Plano de Demissão Voluntária, o trabalhador poderá ingressar com ação trabalhista, caso entenda que algum direito não foi observado enquanto trabalhava para a empresa.

De acordo com a pesquisa feita por Antunes (2011, p. 130):

Uma degradação dos direitos do trabalho, que se ampliou em função da externalização e da terceirização da produção. Direitos conquistados, como descanso semanal remunerado, as férias, o 13º salário, a aposentadoria etc., tornaram-se mais facilmente burláveis. Houve ainda uma ampliação do trabalho infantil, consequência direta da transferência do trabalho produtivo fabril para o espaço domiciliar, onde o controle desse tipo de trabalho fica ainda mais difícil.

O Brasil, nos anos de 1980, se encontrava longe do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal, já em andamento nos países capitalistas centrais. Nessa década, ocorrem os primeiros impulsos nesse processo de reestruturação, ampliação da informatização produtiva, uso do sistema *Just-in-time*, dos programas de qualidade total, além dos métodos participativos que procuravam o envolvimento dos trabalhadores nas empresas, e do processo de liofilização organizacional. Ainda nos primeiros anos da década de 1980, a reestruturação produtiva caracteriza-se pela redução de custos através da redução da força de trabalho.

Nos anos de 1990, a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país. A partir de 1994 com o Plano Real, no governo de Fernando Henrique

Cardoso, os programas de qualidade total, o sistema *Just-in-time e Kanban*, os ganhos salariais vinculados à produtividade e à lucratividade das empresas se adequaram aos desígnios neoliberais.

O processo de reestruturação produtiva também acarretou alterações na estrutura do emprego no Brasil. No auge da expansão do emprego em nosso país, na década de 1970, a indústria de transformação chegou a possuir cerca de 20% do total de empregos, vinte anos depois (1990) absorvia menos de 13% do total da ocupação nacional. “Entre as décadas de 1980 e 1990, por exemplo, a economia brasileira perdeu aproximadamente 1,5 milhões de empregos no setor de manufatura.” (POCHMANN, 2000 apud ANTUNES; SILVA, 2004, p. 24).

O estágio atual do capitalismo brasileiro é uma combinação de enxugamento da força de trabalho com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do trabalho (ANTUNES; SILVA, 2004).

A flexibilização, desregulamentação, terceirização, as novas formas de gestão da força de trabalho etc. estão presentes em grande intensidade, indicando que, se o “fordismo” parece ainda dominante quando se olha o conjunto da estrutura produtiva industrial e de serviços no país, ele também se mescla com novos processos produtivos, consequência da liofilização organizacional dos mecanismos da acumulação flexível e das práticas “toyotistas” que foram (parcialmente) assimilados no setor produtivo brasileiro. (IBIDEM, p. 24).

O desemprego estrutural continua crescente e em níveis alarmantes, o mercado informal serve como saída para milhares de pessoas que se veem desempregados e sem o mínimo para sobreviver. O contingente populacional empregado ocupa os postos de trabalhos precarizados, esses são os subcontratados, os terceirizados, os que vão dar lucro para as diversas “famílias” empresariais que serão chamados de colaboradores, promovidos a funcionários do mês, e depois serão demitidos sem nenhum direito.

### 2.3 AGRAVAMENTO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: NOTAS DA REFORMA TRABALHISTA

Todas as estratégias utilizadas pelo toyotismo para aumentar o lucro e a exploração da classe trabalhadora continuam atuais até os dias de hoje e com a aprovação da reforma trabalhista essas formas de precarização do trabalho foram legitimadas.

O projeto de lei da câmara PL 6.787/2016, que trata da reforma trabalhista foi aprovado no plenário do senado no dia 11 de julho de 2017, e foi sancionado pelo presidente Michel Temer na quinta 17 de julho de 2017.

O projeto da reforma trabalhista significa um grande retrocesso nas relações de trabalho e agravam ainda mais as relações entre patrões e empregados, deixando evidente a relação desigual entre capital/trabalho. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (DIEESE),

A reforma trabalhista institui um marco regulatório para as relações de trabalho altamente favorável aos interesses das empresas. Com isso, reverte a lógica que originalmente inspirou a criação da legislação trabalhista no país, de cunho mais protetivo ao trabalhador, ainda que permeada por uma visão conservadora a respeito dos direitos coletivos de organização e representação. (DIEESE, 2017, p. 3).

A nova reforma é um desmonte a todos os direitos conquistados pelos trabalhadores, sendo considerada a mudança mais ampla sofrida pela classe trabalhadora, a reforma trabalhista privilegia o empresariado e aumenta a precarização do trabalho além de colaborar para o crescimento do trabalho informal. As novas formas de contratação contribuem para o desemprego já que permite a terceirização nas atividades fins e meio e regula o trabalho temporário.

Ou seja, as relações de trabalho ficam mais fragilizadas, pois o trabalhador pode ser demitido sem ter acesso a nenhum tipo de direito, os acordos empresariais se sobrepõem a justiça do trabalho diminuindo as chances desse trabalhador ter acesso aos seus direitos. Além da tentativa de fragilizar a luta dos trabalhadores, pois a contribuição sindical deixa de ser obrigatória com o principal objetivo de explorar ainda mais o trabalhador.

De um modo geral, reduz as garantias institucionais (do Estado e do sindicato) nas relações de trabalho e reforça a negociação individual direta entre empresa e trabalhadores. Além disso, estimula a fragmentação da negociação coletiva, ao favorecer as negociações por empresa. (IBIDEM, p. 7).

A reforma ainda colabora para criação de empresas com sócios “laranja” eximindo assim as responsabilidades das empresas de pagar dívidas trabalhistas e da previdência favorecendo ainda mais os empresários e dificultando o acesso aos direitos trabalhistas.

A reforma ainda garante mais direitos aos empresários como:

- Impõe multa ao “litigante de má-fé”, o que pode prejudicar o recurso à justiça para garantia de direito sonegado, em especial quando o valor da causa for alto (DIEESE, 2017);
- Impõe custas judiciais ao trabalhador que faltar à audiência, mas concede mais garantias ao empregador, caso ele falte. Ou seja, a reforma possibilita que os empresários possam explorar o trabalhador de forma exacerbada sem que possa ser feita nenhuma intervenção judicial com isso fica claro o quão é desigual a relação entre patrões e empregados (IBIDEM).

Outros pontos também foram aprovados na reforma, de acordo com o DIEESE (2017):

- O parcelamento das férias em até três vezes. A CLT não permitia o parcelamento das férias, com a reforma as férias poderão ser parceladas em até três vezes, o que diminui o tempo de descanso do trabalhador (IBIDEM);
- Limite diário da jornada, observado o limite semanal de 44 horas; antes da reforma não era permitido que o trabalhador ultrapassasse oito horas diárias, podendo ser acrescida por mais duas horas mediante acordo patrão e empregado, agora o trabalhador pode estender sua jornada de trabalho de oito para doze horas o que irá totalizar 48 horas semanais (IBIDEM);
- Regulamentação do teletrabalho, do regime de sobreaviso (permanência do empregado à disposição do empregador fora do horário e local habitual de trabalho, para, a qualquer momento, ser convocado) e do trabalho intermitente, em que são alternados períodos de prestação de serviços (IBIDEM);
- Possibilita as trabalhadoras gestantes e lactantes trabalharem em locais insalubres, desde que autorizadas por atestado médico (IBIDEM);
- Libera a terceirização de forma irrestrita, corrigindo, assim, eventuais interpretações ambíguas contidas na Lei 13.429/2017, que regulamentou, recentemente, o trabalho temporário e a terceirização (IBIDEM);
- Cria-se uma nova forma de contrato de trabalho – o trabalho intermitente – e amplia de forma preocupante as possibilidades e condições de vigência de contratos atípicos, como o trabalho em tempo parcial (IBIDEM).

Como podemos observar, os pontos aprovados na reforma são um retrocesso a todos os direitos adquiridos pela classe trabalhadora e garantidos pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), o que pode ocasionar numa piora na condição de vida desses trabalhadores já que esses poderão ser os novos trabalhadores temporários ou terceirizados e como consequência receberão menores salários do que os trabalhadores contratados.

A terceirização aprovada na reforma nada mais é do que uma forma de precarizar ainda mais as relações de trabalho, o que poderá aumentar ainda mais as desigualdades sociais que já são crescentes no país.

Para a advogada Daniela Muradas, professora de direito do trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o projeto já nasce velho precisando de várias alterações. “Essa reforma foi executada sem o diálogo social necessário. E, apesar de ter como fundamento a modernização, utiliza fórmulas de flexibilizações trabalhistas já experimentadas em alguns países da Europa que não funcionaram”<sup>8</sup>.

A justificativa do governo para aprovar a reforma trabalhista é que irá modernizar as relações de trabalho, fórmulas que já fracassaram em países com um grau de desenvolvimento maior do que no Brasil. A nova forma de contratação do trabalho nada mais é do que um projeto ultrapassado com traços do toyotismo e do fordismo.

Além da terceirização e dos contratos temporários a perda dos direitos trabalhistas faz com que os trabalhadores revivam os tempos da industrialização no país.

Em 23 de março de 2017, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4.302/1998, alterando dispositivos da Lei nº 6.019, de 1974, que trata do trabalho temporário em empresas urbanas e dispõe sobre as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros (DIEESE, 2017). Em 31 de março, o projeto foi sancionado com três vetos pela presidência da República, tornando-se a Lei 13.429/2017.

A lei que regulamenta a terceirização abre espaço para que os empregos contratados sejam substituídos pela mão de obra terceirizada, já que os gastos com o trabalhador terceirizado é menor, pois estes trabalhadores podem ser demitidos sem ter acesso a nenhum tipo de direito trabalhista, além de receber os menores salários, ou seja, o custo de uma empresa que terceiriza o trabalho é menor, e quanto menor o gasto no processo produtivo maior o lucro do capitalista.

O DIEESE (2017) cita alguns pontos a serem refletidos com a aprovação da terceirização:

---

<sup>8</sup> Informações retiradas do portal El País. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/13/politica/1499958789\\_546835.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/13/politica/1499958789_546835.html)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

- A Lei exclui as empresas de vigilância e transporte de valores, mas não deixa claro se as regras se estendem ou não ao setor público e ao trabalho doméstico, o que traz uma insegurança para os profissionais desses setores que podem ser substituídos por trabalhadores terceirizados (DIESSE, 2017);
- A lei autoriza que pessoa física terceirize os serviços que ela presta. Nesse caso, a PJ (pessoa jurídica) poderia terceirizar um serviço que presta para uma empresa contratante, resultando numa cadeia quase interminável de subcontratações que dificultará sobremaneira a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária. Com isso, aumentará consideravelmente o risco de fraudes, de sonegação, precarização e comprometimento da qualidade dos produtos e serviços (IBIDEM);
- A realização da atividade poderá ocorrer por meio de pessoal próprio da empresa contratada ou de subcontratação, isto é, a Lei possibilita a quarteirização e a cadeia de subcontratação (Artigo 4º parágrafo 1º). Somado à possibilidade prevista no Artigo 5º, de que a contratante possa ser pessoa física (PJ) e que também possa terceirizar, intensifica-se o risco de fragmentação excessiva dos processos produtivos, fraudes, sonegação e queda na qualidade dos produtos e serviços (IBIDEM).

Com base no que foi apresentado sobre a terceirização podemos observar o quanto esse processo é prejudicial para o trabalhador, ao mesmo tempo em que fragiliza ainda mais o processo de trabalho se omite ao pagamento de direitos, o que coloca esse trabalhador diante de uma situação inferior aos trabalhadores contratados, pois além da insegurança do emprego terceirizado há uma omissão no pagamento de direitos após a demissão do funcionário. Além disso,

A permissão da quarteirização e da subcontratação, inclusive por PJs, pode levar à fragmentação excessiva dos processos produtivos, dificultando a fiscalização, pelos órgãos governamentais, do cumprimento de obrigações fiscais e previdenciárias pelas diversas prestadoras de serviços. Caso isso ocorra, ficará comprometido o almejado equilíbrio financeiro das contas públicas e da previdência, já seriamente prejudicado pela queda drástica da arrecadação causada pela grave recessão que o país atravessa. (IBIDEM, p. 10).

Desse modo, pode-se afirmar que a flexibilização das contratações de trabalho não tem como finalidade aumentar o emprego como é justificado pelo governo, pelo contrário essas novas formas de contratação colaboram para o crescimento do trabalho informal e como

consequência aumentam também o desemprego, pois possibilita que as empresas funcionem com um quadro efetivo mínimo de trabalhadores e assim gerem mais lucros para o capital.

A reforma trabalhista e suas novas formas de contratação são apenas mais um golpe do governo do presidente Michel Temer sobre a classe trabalhadora com a intenção de favorecer as grandes empresas através da exploração da força de trabalho e assim garantir mais lucros para o capital.

Até mesmo órgãos internacionais conservadores, como Fundo Monetário Internacional e o Fórum Econômico Mundial, têm alertado para os riscos inerentes às novas formas precárias de trabalho, como queda drástica da renda, e, por consequência, do consumo, aumento da desigualdade social, evasão fiscal e aumento dos déficits previdenciários, além de impactos sociais nefastos, como crescimento da pobreza e da criminalidade. (LIMA, 2017 apud DIEESE, 2017, p. 11).

Portanto, a reforma trabalhista não será positiva nem mesmo para a economia como afirma o DIEESE (2017). A aprovação das novas regras para a terceirização e o trabalho temporário não assegurará a segurança jurídica tão almejada pelas empresas, ao contrário, poderá levar à ampliação de conflitos e da judicialização dessas formas de contratação.

Para os trabalhadores, a reforma não tem nenhum ponto positivo. Ela se constitui em é um afronte a classe trabalhadora que tanto lutou junto aos movimentos sociais para garantir todos os direitos trabalhistas. Os trabalhadores agora terão que conviver com a insegurança de trabalhos instáveis, baixos salários, jornadas de trabalhos intermináveis e ainda acatar acordos que fortalecem apenas os empresários.

### **3 CAPÍTULO 02 – A SAÚDE DO TRABALHADOR EM RISCO: MAPEAMENTO DOS TRANSTORNOS MENTAIS QUE ACOMETEM O TRABALHADOR**

#### **3.1 SAÚDE E TRABALHO**

As diversas formas de precarização que os trabalhadores estão submetidos acarretam inúmeros problemas para a sua saúde, desde problemas físicos até problemas mentais. Por isso, o objetivo desse item é apresentar brevemente a relação entre precarização do trabalho e saúde do trabalhador, refletindo a seguinte questão: como esses processos de precarização afetam diretamente a saúde do trabalhador?

Desde o período da industrialização até os dias atuais, a essência da precarização do trabalhador continua a mesma através da incessante produção de mais valia, assim, nesse processo, o trabalhador continua sendo submetido a intermináveis jornadas de trabalho para produzir de acordo com as demandas do capital. No mundo do trabalho, segundo Marx (1996, p. 346),

A jornada de trabalho não é [...] constante, mas uma grandeza variável. É verdade que uma das suas partes é determinada pelo tempo de trabalho exigido para a contínua reprodução do próprio trabalhador, mas sua grandeza total muda com o comprimento ou a duração do mais-trabalho.

Desse modo, as jornadas de trabalho são consideradas grandezas variáveis, pois mudam de acordo com a necessidade de produzir mais valia. É a partir da exploração do excedente de trabalho que os capitalistas conseguem extrair mais lucro, ou seja, quanto maior as jornadas de trabalho maior será o lucro dos capitalistas.

Como afirma Marx (1996), as jornadas de trabalho devem ter um tempo máximo de duração, e seu limite não pode ser ultrapassado, pois o trabalhador necessita de um tempo para suprir necessidades físicas, espirituais e morais. Sendo assim, a variação das jornadas de trabalho deve respeitar as barreiras físicas e sociais do trabalhador. O trabalhador que vende sua força de trabalho para o capitalista deve ceder às vontades do capital, pois este, enquanto comprador da mercadoria força de trabalho tem o domínio total sobre a força de trabalho, podendo prolongar, inclusive, as jornadas de acordo com a necessidade de gerar mais lucro e aumentar a produção. Nesse sentido, Marx (1996, p. 38) afirma que:

Prolongando-se a jornada de trabalho, amplia-se a escala da produção, enquanto a parte do capital despendida em maquinaria e construções permanece a mesma. Por



isso, não só cresce a mais-valia, mas diminuem as despesas necessárias à exploração da mesma.

Com o prolongamento das jornadas de trabalho o capital diminui seus gastos com a produção e com a contratação de mais trabalhadores, pois um trabalhador passa a produzir o equivalente ao que dois trabalhadores produziram, ou seja, o capital mantém o ritmo acelerado de produção sem necessitar contratar mais trabalhadores.

Não há a menor dúvida de que a tendência do capital, uma vez que o prolongamento da jornada de trabalho lhe é definitivamente vedado por lei, é de ressarcir-se mediante sistemática elevação do grau de intensidade do trabalho e transformar todo aperfeiçoamento da maquinaria num meio de exaurir ainda mais a força de trabalho, o que logo deve levar a novo ponto de reversão, em que será inevitável outra redução das horas de trabalho. (MARX, 1996, p. 50).

Além de produzir mais lucro para o capital, a intensificação da jornada de trabalho é um meio de explorar ainda mais o trabalhador e precarizar as relações de trabalho. No capitalismo, os trabalhadores submetidos a esse tipo de trabalho acabam os expedientes com a saúde debilitada e com esgotamento físico e mental.

Outra estratégia do capital para poder explorar ainda mais o trabalhador é o revezamento de turnos, uma vez que é impossível explorar a mesma força de trabalho durante um dia ou uma noite inteira, por isso os capitalistas utilizam trabalhadores diurnos e noturnos, como demonstra Marx (1996, p. 371) na seguinte passagem:

O prolongamento da jornada de trabalho além dos limites do dia natural por noite adentro serve apenas de paliativo, apenas mitiga a sede vampiresca por sangue vivo do trabalho. Apropriar-se de trabalho durante todas as 24 horas do dia é, por conseguinte, o impulso imanente da produção capitalista. Sendo, porém fisicamente impossível sugar as mesmas forças de trabalho continuamente dia e noite, necessita pois, para superar esse obstáculo físico, do revezamento entre as forças de trabalho consumidas de dia e de noite, um revezamento que admite diferentes métodos, por exemplo, podendo ser ordenado de tal forma que parte do pessoal operário faça numa semana o trabalho diurno, na outra, o trabalho noturno etc.

As formas de exploração, através do prolongamento e/ou intensificação da jornada de trabalho, continuam as mesmas no cenário contemporâneo. O revezamento das jornadas de trabalho acontece também nos dias atuais. A busca incessante do capital por lucro faz com que trabalhador altere sua rotina de vida e de sono, e, como consequência, a sua saúde física e mental acaba sendo fragilizada, pois os trabalhadores submetidos a esse tipo de trabalho muitas vezes passam por rotinas degradantes para atender as necessidades do capital.

A precarização nas condições de trabalho acontece em todas as áreas profissionais, nenhum trabalhador, dentro da lógica capitalista, está imune da exploração exacerbada do capital pelo trabalho, e os que não se submetem as ordens do mercado capitalista logo são substituídos pelo “exército industrial de reserva”, que está disponível para entrar no mercado de trabalho a qualquer hora, inclusive em locais insalubres, pois a classe trabalhadora precisa vender sua força de trabalho para manter sua reprodução social.

Além de conviver com a ameaça do desemprego, que faz com que os trabalhadores se submetam as explorações degradantes do capital, esses trabalhadores são obrigados a conviver com a “injustiça” no mundo do trabalho, pois o Estado, cumprindo sua função social na sociedade capitalista, assume o papel de defensor das empresas capitalistas. Mesmo agindo muitas vezes de forma ilegal, essas empresas conseguem manter suas taxas de lucro em alta, porque os custos judiciais estão abaixo do lucro que essas empresas podem acumular. Nesta via, Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1999, p. 413) fazem a seguinte afirmação:

Nesse contexto, questiona-se a legitimidade de um Estado que, pautado pela racionalidade da ordem econômica dominante ausenta-se na redefinição das regulações contratuais e salariais anteriores e nem mesmo consegue desempenhar seu papel na compensação das desigualdades e fragilidades sociais, bem como na reparação das injustiças. Um Estado que, frente ao enorme contingente do moderno “exército industrial de reserva” gerado pelo desemprego em massa, oferece, quando muito, alternativas de reinserção circunstancial negociadas com as empresas por meio de incentivos financeiros e redução ou isenção de encargos sociais.

A partir desta concepção da racionalidade da economia defendida pelo Estado, podemos afirmar que o trabalhador não tem nenhum tipo de segurança real na relação capital/trabalho, tendo que se submeter a condições precárias de trabalho, pois esta é a única forma que o trabalhador tem de reproduzir sua espécie. Devemos tomar como exemplo a nova aprovação da Reforma Trabalhista que prevê que as mulheres grávidas ou lactantes possam trabalhar em condições insalubres, sendo o condicionante a aprovação de um médico, que, inclusive, pode ser o próprio médico da empresa. A atual conjuntura permite identificar um Estado cada vez mais omissivo em relação ao trabalhador, ao invés de garantir os direitos da classe trabalhadora, retira os direitos conquistados para favorecer as empresas capitalistas, como observamos no item 1.3 com a discussão da Reforma trabalhista.

Segundo Singer (1996 apud PIALARISSI, 2017, p. 4):

A precarização do trabalho engloba a exclusão do gozo dos direitos legais de uma considerável quantidade de trabalhadores, causando o agravamento de suas condições. Tal precariedade gera insegurança, instabilidade e precariedade dos vínculos trabalhistas e consequente desestruturação de identidades formadas por

mudanças que geram permanentes incertezas, novas pressões e tensões, aprofundamento das desigualdades e desenvolvimento de síndromes como “burnout”, suscitando transformações de atitudes e de comportamentos no desenvolvimento de condutas inadequadas dos profissionais de saúde.

Portanto, as formas precárias de contratação e atuação no mundo do trabalho provocam o adoecimento dos trabalhadores porque os trabalhadores são submetidos a trabalhar em locais insalubres, sem equipamentos de segurança, com jornadas de trabalhos intensas e longas, e com vínculos precários de contratação que não fornecem nenhum tipo de estabilidade, os trabalhadores vivem diariamente situações de pressão e insegurança que afetam sua saúde física e mental e acabam acarretando o aparecimento de diversas doenças, principalmente relacionadas aos transtornos mentais, como a depressão.

O trabalhador que adoece é rapidamente excluído do mercado de trabalho (e facilmente substituído por outra força de trabalho do “exército industrial de reserva”), para o capital é inútil um trabalhador debilitado, que não consegue produzir conforme a demanda da produção. Para esse trabalhador que agora está desempregado cabe ainda lutar para tentar garantir o acesso a algum direito, muitas vezes as empresas se eximem de suas responsabilidades e repassam o papel para o Estado, o que acaba prejudicando ainda mais as condições de vida desse trabalhador, o trabalhador pode perder seu vínculo precarizado de trabalho e não conseguir acessar seus direitos trabalhistas. Para Pialarissi (2017, p. 06):

A precarização econômica e a regressão/exclusão social confluem com a omissão do Estado em funções indispensáveis na esfera do trabalho e da proteção social. Hoje em dia, o contexto político e econômico brasileiro tem favorecido para que os gestores públicos, na tentativa de minimizar gastos, decidem-se pela redução de recursos humanos e/ou pela flexibilização das relações de trabalho, incluindo a terceirização, fatores que afetam a qualidade dos serviços prestados e a legitimidade dos interesses trabalhistas, incluindo a precariedade dos sistemas de informação nos serviços públicos de saúde e a flexibilização do trabalho, o que gera aumento da informalidade provocando instabilidade de renda.

A omissão do Estado com a classe trabalhadora colabora ainda mais para o adoecimento, a atuação do Estado favorece apenas as grandes empresas e debilita cada vez mais as relações de trabalho e as condições de vida do trabalhador. Retiram-se direitos de quem menos tem para garantir privilégios dos grandes empresários.

Atualmente, com a recente aprovação da reforma trabalhista, houve uma legalização da exploração exacerbada da força de trabalho e um furto aos direitos que foram garantidos por toda classe trabalhadora (Cf. Item 1.3). Com a classe trabalhadora desprotegida legalmente contra a intensificação do trabalho, ela provavelmente ficará mais adoecida devido

às condições extremamente precárias de trabalho. Esse cenário de intensificação do trabalho causa “[...] assombro, perplexidade e surpresa, não raros com momentos intensos de negação e estranheza.” (PIALARISSI, 2017, p. 5).

As situações de estresse e depressão que os trabalhadores estão submetidos prejudica tanto a saúde mental quanto física. O número de trabalhadores que se afastam dos seus postos de trabalho por adoecimento, principalmente mental, é crescente. O Estado acaba gastando mais no tratamento do que com a promoção da saúde desses trabalhadores. O DIEESE (2016, p. 02) traz um panorama sobre a relação entre doença e o trabalho no Brasil no ano de 2013:

No Brasil, segundo dados do Anuário Estatístico do então Ministério da Previdência Social (MPS) houve, em 2013, cerca de 559 mil acidentes de trabalho notificados através de Comunicado de Acidentes de Trabalho (CAT), sendo aproximadamente 452 mil caracterizados como acidentes típicos, 112 mil como acidentes de trajeto, 15 mil registros de doenças ocupacionais e 2.800 mortes. Somando-se a estes dados as informações referentes ao Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) que são registros que buscam estabelecer relações causais entre as doenças e os acidentes e a prática do trabalho, o número de acidentes de trabalho no Brasil teria sido de aproximadamente 718 mil, em 2013.

Discorreremos até o momento que as expressivas transformações no mundo do trabalho afetaram diretamente todos os trabalhadores nas últimas décadas. No final do século XX e início do século XXI, o desemprego despontou como o grande desafio a ser enfrentado, junto a isso também cresceu a informalização, terceirização e precarização do trabalho, afetando significativamente as condições de trabalho, de vida e de saúde do trabalhador.

Almejando cada vez mais o aumento da produtividade, diminuição dos custos de produção e diversidade em seus produtos, o capital apostou no processo de reestruturação produtiva, adotando modernas tecnologias como a robótica, informática, microeletrônica e a telemática.

Para exemplificar claramente esta relação entre saúde e precarização do trabalho no Brasil, traremos dois exemplos: um urbano, com trabalhadores de indústria, e um rural, através dos cortadores de cana.

Na indústria calçadista houve uma crescente informalização do trabalho que, atingiu duramente as trabalhadoras com a transferência da produção para fora das fábricas, sendo o trabalho à domicílio apresentado como uma “oportunidade” de renda familiar. Com isso, Navarro e Prazeres (2010, p. 188) afirmam que

[...] a mulher pode conciliar seu trabalho com as tarefas de mãe, esposa e dona de casa. Ocorre que de forma geral, o “bico” passa a predominar e se torna atividade central da trabalhadora, o que traz prejuízos ao dia a dia do lar. Grande parte dessas

trabalhadoras enfrenta jornadas de trabalho que ultrapassam oito horas diárias e é habitual o trabalho noturno [...]. Tais condições se configuram em superexploração do trabalho da mulher, que é agravada pelo grande número de intermediários existentes entre a empresa que repassa o serviço e quem realiza o trabalho.

Essa transferência de parte da produção para fora das fábricas tem contribuído para o agravamento das condições de trabalho e da saúde dos trabalhadores, por ser realizado em locais improvisados e inadequados. “A insalubridade e os riscos que, nas fábricas, atingiam o trabalhador, no trabalho terceirizado alcançam também o restante da família e põem também em risco neonatos, crianças e idosos.” (NAVARRO; PRAZERES, 2010, p. 189).

Em relação aos cortadores de cana, observamos que a agricultura se tornou um ramo da indústria sem se desfazer das formas tradicionais de produção. Os complexos industriais voltados para o mercado externo e para o mercado de *commodities*, formados pelo capital industrial, capital financeiro e a grande propriedade fundiária permitem a incorporação de parte de pequenos e médios proprietários, mesmo de forma subordinada, garantindo a legitimidade do setor.

O modelo agrário vigente no Brasil dá destaque para o agronegócio, onde os maiores recursos são destinados às atividades diretas e indiretas que viabilizam o setor nas suas diversas cadeias produtivas. Nos últimos anos cresce a área plantada com cana-de-açúcar, conseqüentemente, também cresce o número de usinas e destilarias de açúcar e álcool no país. Esse aumento é desencadeado pela lógica da produção capitalista mediada pelo Estado. Um modelo de produção voltado para monocultura e com alto teor destrutivo do ponto de vista ambiental e humano.

As principais características dos trabalhadores que realizam o corte da cana são: composição da mão de obra por homens jovens com muita resistência física (a mulher é considerada improdutiva no corte da cana) e por nordestinos, devido à falta de trabalho em sua cidade natal e/ou a impossibilidade de manter a família faz com que esses trabalhadores deixem suas terras e procurem em outras localidades trabalhos, muitos deles insalubres.

Mesmo com toda tecnologia utilizada na agroindústria canavieira, o capital mantém a extração de mais valia do trabalhador. Estes trabalhadores vivem uma verdadeira barbárie moderna, níveis de exploração semelhantes à escravidão. Neste caso, como afirmou Marx ao analisar a vida dos trabalhadores no início do capitalismo na Inglaterra, “não só a força de trabalho está sendo consumida, mas a própria vida do trabalhador”. Continuando nossa reflexão, Navarro e Alessi (1997, p. 12 apud SANT’ANA; CARMO, 2010, p. 353) afirmam que

a exposição diária dos cortadores de cana a cargas físicas, químicas e biológicas, que se traduzem em uma série de doenças, traumas, ou acidentes a elas relacionadas: dermatites, conjuntivites, desidratação, câibras, dispneias, infecções respiratórias, alterações da pressão arterial, ferimentos e outros acidentes; destacando-se também cargas biopsíquicas configurando padrões de desgaste manifestos através de dores na coluna vertebral, dores torácicas, lombares, de cabeça, e tensão nervosa e outros tipos de manifestações psicossomáticas.

Esses trabalhadores precisam atingir a meta de produção imposta pelas usinas, para isso eles vão até o limite de suas forças para se aproximarem o máximo possível que é de 12 toneladas diárias. Inclusive, muitos não sabem nem como é feita a conversão da metragem cortada para tonelada, eles ficam por conta dos agentes das usinas.

Com isso, cabe-nos a reflexão que o homem é uma mercadoria na sociedade capitalista, ele se reduz a sua condição de força de trabalho, ele é reduzido a sua capacidade produtiva. Para Lacaz (1996), os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho não podem ser vistos como infortúnio, infelicidade ou má sorte, antes disso são produtos de um determinado modo de produção que é perverso com a condição física e mental do trabalhador.

Tendo como característica entre os trabalhadores homens muito jovens e na faixa etária considerada economicamente ativa, a expectativa de vida dos cortadores de cana é menor do que a dos escravos do final do século XIX, com uma estimativa que não ultrapassa de 12 a 15 anos. Essa predominância de jovens além de ser pela resistência exigida do trabalho, os agentes da cana aproveitam muitos cortadores “novatos” e sem experiência que estejam dispostos a trabalhar por uma remuneração baixa ou até mesmo com a possibilidade da falta de pagamento.

Neste item observamos que a relação trabalho/saúde é muito intensa devido às diversas formas de trabalho precarizados que o trabalhador tem que se submeter. As longas jornadas de trabalho e as pressões por produtividade e o medo do desemprego são os principais fatores que acarretam no adoecimento do trabalhador, deixando-os vulneráveis ao aparecimento de doenças mentais decorrentes do trabalho.

### 3.2 TRANSTORNOS MENTAIS E DO COMPORTAMENTO RELACIONADOS AO TRABALHO

Segundo o parágrafo 3.º do artigo 6.º da LOS (Lei Orgânica da Saúde), a saúde do trabalhador é definida como “um conjunto de atividades que se destina, por meio das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde do trabalhador, assim como visa à recuperação e à reabilitação dos trabalhadores submetidos aos

riscos e agravos advindos das condições de trabalho” (BRASIL, 2001, p. 18). Constitui-se enquanto uma área da Saúde Pública, a Saúde do Trabalhador tem como objeto de estudo e intervenção as relações entre o trabalho e a saúde.

Entendemos por trabalhadores todos os homens e mulheres que exercem atividades para sustento próprio e/ou de seus dependentes. Estão incluídos nesse grupo os indivíduos que trabalharam ou trabalham como empregados assalariados, trabalhadores domésticos, trabalhadores avulsos, trabalhadores agrícolas, autônomos, servidores públicos, trabalhadores cooperativados e empregadores, além dos trabalhadores que exercem atividades não remuneradas como os aprendizes e estagiários e aqueles temporários ou definitivamente afastados do mercado de trabalho por doença, aposentadoria ou desemprego.

As ações de saúde do trabalhador apresentam dimensões sociais, políticas e técnicas indissociáveis.

As políticas de governo para a área de saúde do trabalhador devem definir as atribuições e competências dos diversos setores envolvidos, incluindo as políticas econômica, da indústria e comércio, da agricultura, da ciência e tecnologia, do trabalho, da previdência social, do meio ambiente, da educação e da justiça, entre outras. Também devem estar articuladas às estruturas organizadas da sociedade civil, por meio de formas de atuação sistemáticas e organizadas que resultem na garantia de condições de trabalho dignas, seguras e saudáveis para todos os trabalhadores. (IBIDEM, p. 18).

No Brasil, as relações entre trabalho e saúde do trabalhador apresentam várias situações, relações e formas de contrato de trabalho, que se refletem sobre o viver, o adoecer e o morrer dos trabalhadores. Essas variadas situações de trabalho, padrões de vida e de adoecimento tem aumentado em decorrência das conjunturas política e econômica (IBIDEM).

Os trabalhadores do campo, no Brasil, estão inseridos em distintos processos de trabalho, desde a produção familiar e o extrativismo, até grandes empreendimentos agroindustriais. A atividade rural tem como característica as relações de trabalho à margem das leis do país, com a utilização de mão de obra escrava e de trabalho de crianças e adolescentes. Porém, situações próprias do campo relacionadas à Saúde do Trabalhador, como os acidentes de trabalho, estão conectadas intrinsecamente aos problemas vividos pela sociedade brasileira nos grandes centros urbanos. Isto significa que o aparato jurídico-normativo da legislação brasileira cobre de uma forma sistemática os trabalhadores urbanos.

A assistência ao trabalhador tem sido desenvolvida em diferentes espaços institucionais, com objetivos e práticas distintas

Pelas empresas, por meio dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e outras formas de organização de serviços de saúde; pelas organizações de trabalhadores; pelo Estado, ao implementar as políticas sociais públicas, em particular a de saúde, na rede pública de serviços de saúde; pelos planos de saúde, seguros suplementares e outras formas de prestação de serviços, custeados pelos próprios trabalhadores; pelos serviços especializados organizados no âmbito dos hospitais universitários. (BRASIL, 2001, p. 22).

Um modelo alternativo de atenção à saúde do trabalhador começou a ser instituído, em meados da década de 1980, denominado de Programa de Saúde do Trabalhador, que buscava construir uma atenção diferenciada para os trabalhadores e um sistema de vigilância em saúde.

A atenção à saúde do trabalhador exige um envolvimento de uma equipe multiprofissional<sup>9</sup>. Algumas atribuições dos profissionais que prestam assistência médica ao trabalhador (IBIDEM, p. 25):

Assistir ao trabalhador, elaborar seu prontuário médico e fazer todos os encaminhamentos devidos; fornecer atestados e pareceres para o afastamento do trabalho sempre que necessário, considerando que o repouso, o acesso a terapias ou o afastamento de determinados agentes agressivos faz parte do tratamento; fornecer laudos, pareceres e relatórios de exame médico e dar encaminhamento, sempre que necessário, para benefício do paciente e dentro dos preceitos éticos, quanto aos dados de diagnóstico, prognóstico e tempo previsto de tratamento. Quando requerido pelo paciente, deve o médico pôr à sua disposição tudo o que se refira ao seu atendimento, em especial cópia dos exames e prontuário médico.

Os trabalhadores podem adoecer ou morrer por causas relacionadas ao trabalho, como consequência da profissão que exercem ou exerceram, ou pelas condições adversas em que seu trabalho é ou foi realizado (IBIDEM).

Alguns fatores constituem os grupos das doenças relacionadas ao trabalho, como mostra o Quadro 01.

Quadro 01 – Classificação das doenças relacionadas ao trabalho

<b>Categorias</b>	<b>Exemplos</b>
I – Trabalho como causa necessária	Intoxicação por chumbo Silicose Doenças profissionais legalmente reconhecidas
II – Trabalho como fator contributivo, mas não necessário.	Doença coronariana Doenças do aparelho locomotor

<sup>9</sup> O principal instrumento para a investigação das relações saúde-trabalho-doença é representado pela anamnese ocupacional, que faz parte da entrevista médica.



	Câncer Varizes dos membros inferiores
III – Trabalho como provocador de um distúrbio latente, ou agravador de doença já estabelecida	Bronquite crônica Dermatite de contato alérgica Asma Doenças mentais

Fonte: Brasil (2001).

Temos também os fatores de risco para a saúde e segurança dos trabalhadores, presentes ou relacionados ao trabalho, conforme o Quadro 02.

Quadro 02 – Classificação dos cinco grupos de risco

<b>Tipo</b>	<b>Descrição</b>
Físicos	Ruído, vibração, radiação ionizante e não-ionizante, temperaturas extremas (frio e calor), pressão atmosférica anormal, entre outros.
Químicos	Agentes e substâncias químicas, sob a forma líquida, gasosa ou de partículas e poeiras minerais e vegetais, comuns nos processos de trabalho.
Biológicos	Vírus, bactérias, parasitas, geralmente associados ao trabalho em hospitais, laboratórios e na agricultura e pecuária.
Ergonômicos e psicossociais	Decorrem da organização e gestão do trabalho, como, por exemplo: da utilização de equipamentos, máquinas e mobiliário inadequados, levando a posturas e posições incorretas; locais adaptados com más condições de iluminação, ventilação e de conforto para os trabalhadores; trabalho em turnos e noturno; monotonia ou ritmo de trabalho excessivo, exigências de produtividade, relações de trabalho autoritárias, falhas no treinamento e supervisão dos trabalhadores, entre outros.
Mecânicos e de acidentes	Ligados à proteção das máquinas, arranjo físico, ordem e limpeza do ambiente de trabalho, sinalização, rotulagem de produtos e outros que podem levar a acidentes do trabalho.

Fonte: Brasil, 2001, p. 28-29.

As condições de trabalho aliadas à exploração são os fatores para o adoecimento do trabalhador, a rotina de trabalho em locais insalubres pode desencadear além de episódios de

estresses, transtornos mentais e de comportamento. Mesmo com os avanços dos estudos dos ambientes e condições de trabalho, alertamos que é imprescindível ouvir o trabalhador, pois na maioria das vezes, apenas ele saberá descrever as verdadeiras condições, circunstâncias e imprevistos que ocorrem no dia a dia e explicar o adoecimento.

Assim, conforme Brasil (2001, p. 30), “ouvir o trabalhador falando de seu trabalho, de suas impressões e sentimentos em relação ao trabalho, de como seu corpo reage no trabalho e fora dele, é de fundamental importância para a identificação das relações saúde-trabalho-doença.”.

O trabalho é mediador de integração social, tanto pelo seu valor econômico, de subsistência, quanto pelo aspecto cultural, sendo fundamental no modo de vida e na saúde física e mental das pessoas. Por isso,

Em decorrência do lugar de destaque que o trabalho ocupa na vida das pessoas, sendo fonte de garantia de subsistência e de posição social, a falta de trabalho ou mesmo a ameaça de perda do emprego geram sofrimento psíquico, pois ameaçam a subsistência e a vida material do trabalhador e de sua família. Ao mesmo tempo abala o valor subjetivo que a pessoa se atribui, gerando sentimentos de menos-valia, angústia, insegurança, desânimo e desespero, caracterizando quadros ansiosos e depressivos. (BRASIL, 2001, p. 161).

A comunicação dentro do ambiente de trabalho, moldado pela cultura organizacional, é importante fator na determinação da saúde mental. Ambientes que impossibilitam a comunicação espontânea, manifestação de insatisfações, sugestões dos trabalhadores em relação à organização ou ao trabalho desempenhado provocam tensão, conseqüentemente, sofrimento e distúrbios mentais. Esse sofrimento e insatisfação do trabalhador manifestam-se não apenas pela doença, mas nos índices de absenteísmo, conflitos interpessoais e extratrabalho. “A atenção e concentração exigidas para a realização das tarefas, junto com a pressão exercida pela organização do trabalho, podem gerar tensão, fadiga e esgotamento profissional ou *burn-out* (traduzido para o português como *síndrome do esgotamento profissional ou estafa*).” (IBIDEM, p. 162, grifos originais).

Alguns metais pesados e solventes podem ter ação tóxica direta sobre o sistema nervoso, determinando distúrbios mentais e alterações do comportamento como irritabilidade, nervosismo, inquietação, distúrbios da memória e da cognição.

Definir a disfunção e a incapacidade causada pelos *transtornos mentais e do comportamento*, relacionados ou não com o trabalho, é difícil. Mas, os indicadores e parâmetros propostos pela AMA (Associação Médica Americana) às organizaram em quatro áreas, como ilustra o Quadro 03.

Quadro 03 – Indicadores ou parâmetros

<b>Tipo</b>	<b>Descrição</b>
Limitações em atividades da vida diária	Incluem atividades como autocuidado, higiene pessoal, comunicação, de ambulação, viagens, repouso e sono, atividades sexuais e exercício de atividades sociais e recreacionais.
Exercício de funções sociais	Refere-se à capacidade do indivíduo de interagir apropriadamente e comunicar-se eficientemente com outras pessoas.
Concentração, persistência e ritmo	Referem-se à capacidade de manter a atenção focalizada o tempo suficiente para permitir a realização cabal, em tempo adequado, de tarefas comumente encontradas no lar, na escola, ou nos locais de trabalho.
Deterioração ou descompensação no trabalho	Refere-se a falhas repetidas na adaptação a circunstâncias estressantes. Frente a situações ou circunstâncias mais estressantes ou de demanda mais elevada, os indivíduos saem, desaparecem ou manifestam exacerbações dos sinais e sintomas de seu transtorno mental ou comportamental.

Fonte: Brasil, 2001, p. 163.

Podemos observar nos quadros acima que através de alguns gestos e mudanças de comportamentos é possível identificar sintomas relacionados aos transtornos mentais decorrentes de situações estressantes no ambiente de trabalho e as frequentes pressões sofridas pela classe trabalhadora. O modelo capitalista faz com que o trabalhador adote uma postura individual e torna-se uma pessoa isolada, deprimida e desmotivada que por despende todo o seu tempo para o trabalho, muitas vezes não consegue desvincular-se da rotina de trabalho nem mesmo no período de descanso.

Quadro 04 – Transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho

Tipo	Descrição	Consequência para o trabalhador
Demência em outras doenças específicas classificadas em outros locais	Síndrome crônica e progressiva, devida a uma patologia encefálica, se verificam diversas deficiências das funções corticais superiores, incluindo: memória, pensamento, orientação, compreensão, cálculo, capacidade de aprender, linguagem e julgamento, mas a consciência não é afetada.	Pode estar associado à epilepsia, alcoolismo, degeneração hepatolenticular, hipotireoidismo adquirido, lúpus eritematoso sistêmico, tripanossomíase, intoxicações, doenças pelo HIV, doença de <i>Huntington</i> , doença de <i>Parkinson</i> , ocorrência de infartos múltiplos, outras doenças vasculares cerebrais isquêmicas e contusões cerebrais repetidas, como as sofridas pelos boxeadores.
<i>Delirium</i> , não-sobreposto à demência, como descrita	Síndrome caracterizada por rebaixamento do nível de consciência, com distúrbio da orientação (no tempo e no espaço) e da atenção (hipovigilância e hipotenacidade), associada ao comprometimento global das funções cognitivas. Podem ocorrer alterações do humor (irritabilidade), da percepção (ilusões e/ou alucinações especialmente visuais), do pensamento (ideação delirante) e do comportamento (reações de medo e agitação psicomotora).	Pode apresentar uma inversão característica do ritmo vigília-sono com sonolência diurna e agitação noturna, podendo ser acompanhada de sintomas neurológicos como tremor, asterixis, nistagmo, incoordenação motora e incontinência urinária. Geralmente, o <i>delirium</i> tem um início súbito (em horas ou dias), um curso breve e flutuante e uma melhora rápida assim que o fator causador é identificado e corrigido. O <i>delirium</i> pode ocorrer no curso de uma demência, pode evoluir para demência, para recuperação completa ou para a morte.
Transtorno cognitivo leve	Caracteriza-se por alterações da memória, da	O paciente se queixa de intensa sensação de fadiga

	orientação, da capacidade de aprendizado e redução da capacidade de concentração em tarefas prolongadas.	mental ao executar tarefas mentais e um aprendizado novo é percebido subjetivamente como difícil, ainda que objetivamente consiga realizá-lo bem. Esses sintomas podem manifestar-se precedendo ou sucedendo quadros variados de infecções (inclusive por HIV) ou de distúrbios físicos, tanto cerebrais quanto sistêmicos, sem que haja evidências diretas de comprometimento cerebral.
Transtorno orgânico de personalidade	Alteração da personalidade e do comportamento que aparece como um transtorno concomitante ou residual de uma doença, lesão ou disfunção cerebral. É caracterizada por uma alteração significativa dos padrões habituais de comportamento pré-mórbido, principalmente na expressão das emoções, necessidades e impulsos.	As funções cognitivas podem estar comprometidas de modo particular ou exclusivo nas áreas de planejamento e antecipação das prováveis consequências pessoais e sociais como na chamada <i>síndrome do lobo frontal</i> , que pode ocorrer não apenas associada à lesão no lobo frontal, mas também a lesões de outras áreas cerebrais circunscritas.
Transtorno mental orgânico ou sintomático não especificado	Este termo compreende uma série de transtornos mentais agrupados por terem em comum uma doença cerebral de etiologia demonstrável, uma lesão cerebral ou outro dano que leva a uma disfunção que pode ser primária, como nas doenças, lesões ou danos que afetam direta e seletivamente o cérebro, ou	Fazem parte desse grupo a demência na doença de Alzheimer, a demência vascular, a síndrome amnésica orgânica (não induzida por álcool ou psicotrópicos) e vários outros transtornos orgânicos (alucinação, estado catatônico, delirante, do humor, da ansiedade), a síndrome pós-encefalite e pós-traumática, incluindo,

	secundária, como nas doenças sistêmicas nas quais o cérebro é um dos múltiplos órgãos envolvidos.	também, a psicose orgânica e a psicose sintomática.
Alcoolismo crônico (relacionado ao trabalho)	Refere-se a um modo crônico e continuado de usar bebidas alcoólicas, caracterizado pelo descontrole periódico da ingestão ou por um padrão de consumo de álcool com episódios frequentes de intoxicação e preocupação com o álcool e o seu uso, apesar das consequências adversas desse comportamento para a vida e a saúde do usuário. Segundo a OMS, a <i>síndrome de dependência do álcool</i> é um dos problemas relacionados ao trabalho.	A perturbação do controle de ingestão de álcool caracteriza-se por ser contínua ou periódica e por distorções do pensamento, caracteristicamente a negação, isto é, o bebedor alcoólico tende a não reconhecer que faz uso abusivo do álcool. O <i>alcoolismo crônico</i> , caracterizado acima como <i>síndrome de dependência do álcool</i> , está associado ao desenvolvimento de outros transtornos mentais, a saber: delirium ( <i>delirium tremens</i> ); demência induzida pelo álcool; transtorno amnésico induzido pelo álcool; transtorno psicótico induzido pelo álcool; outros transtornos relacionados ao álcool: transtorno do humor induzido pelo álcool, transtorno de ansiedade induzido pelo álcool, disfunção sexual induzida pelo álcool, transtorno do sono induzido pelo álcool.
Episódios depressivos	Caracterizam-se por humor triste, perda do interesse	O paciente pode se queixar de dificuldade de

	<p>e prazer nas atividades cotidianas, sendo comum uma sensação de fadiga aumentada.</p>	<p>concentração, podem apresentar baixa autoestima e autoconfiança, desesperança, ideias de culpa e inutilidade; visões desoladas e pessimistas do futuro, ideias ou atos suicidas. O sono encontra-se frequentemente perturbado, geralmente por insônia terminal. O paciente se queixa de diminuição do apetite, geralmente com perda de peso sensível. Sintomas de ansiedade são muito frequentes. A angústia tende a ser tipicamente mais intensa pela manhã. As alterações da psicomotricidade podem variar da lentificação à agitação. Pode haver lentificação do pensamento. Os <i>episódios depressivos</i> devem ser classificados nas modalidades: leve, moderada, grave sem sintomas psicóticos, grave com sintomas psicóticos. A relação dos <i>episódios depressivos</i> com o trabalho pode ser sutil. A situação de desemprego prolongado tem estado associada ao desenvolvimento de <i>episódios depressivos</i> em vários estudos em diferentes países. Alguns estudos comparativos controlados têm mostrado prevalências maiores de depressão em digitadores, operadores de computadores, datilógrafas, advogados, educadores</p>
--	--	--

		especiais e consultores.
Estado de estresse pós-traumático	Caracteriza-se como uma resposta tardia e/ou protraída a um evento situação estressante (de curta ou longa duração) de natureza excepcionalmente ameaçadora ou catastrófica, que reconhecidamente, causaria extrema angústia em qualquer pessoa.	São exemplos: os desastres naturais ou produzidos pelo homem, acidentes graves, testemunho de morte violenta ou ser vítima de tortura, estupro, terrorismo ou qualquer outro crime. O paciente experimentou, testemunhou ou foi confrontado com um evento ou eventos que implicaram morte ou ameaça de morte, lesão grave ou ameaça da integridade física a si ou a outros.
Neurastenia (inclui síndrome de fadiga)	A característica mais marcante da <i>síndrome de fadiga relacionada ao trabalho</i> é a presença de fadiga constante, acumulada ao longo de meses ou anos em situações de trabalho em que não há oportunidade de se obter descanso necessário e suficiente.	A fadiga é referida pelo paciente como sendo constante, como acordar cansado, simultaneamente física e mentalmente, caracterizando uma fadiga geral. Outras manifestações importantes são: má qualidade do sono, dificuldade de aprofundar o sono, despertares frequentes durante a noite, especificamente insônia inicial, dificuldade para adormecer ou “a cabeça não consegue desligar”, irritabilidade ou falta de paciência e desânimo. Outros sintomas que podem fazer parte da síndrome são: dores de cabeça, dores musculares (geralmente nos músculos mais utilizados no trabalho), perda do apetite e mal-estar geral. Trata-se, em geral, de um quadro crônico.



Outros transtornos neuróticos especificados (inclui neurose profissional)	O grupo “ <i>outros transtornos neuróticos especificados</i> ” inclui <i>transtornos mistos de comportamento, crenças e emoções</i> que têm uma associação estreita com uma determinada cultura.	A neurose profissional apresenta três formas clínicas: Neurose profissional atual: neurose traumática reativa a um trauma atual; Psiconeurose profissional: quando uma dada situação de trabalho funciona como desencadeante, reativando conflitos infantis que permaneciam no inconsciente; Neurose de excelência: desenvolvida a partir de certas situações organizacionais que conduzem a processos de estafa ( <i>burn-out</i> ) pessoas que investem intensamente seus esforços e ideais em determinada atividade.
Transtorno do ciclo vigília-sono devido a fatores não orgânicos	O <i>transtorno do ciclo vigília-sono devido a fatores não orgânicos</i> é definido como uma perda de sincronia entre o ciclo vigília-sono do indivíduo e o ciclo vigília-sono socialmente estabelecido como normal, resultando em queixas de insônia, interrupção precoce do sono ou de sonolência excessiva.	Esses transtornos podem ser psicogênicos ou de origem orgânica presumida, dependendo da contribuição relativa de fatores psicológicos, psicossociais ou orgânicos.

<p>Sensação de estar acabado (síndrome de <i>burn-out</i>, síndrome do esgotamento profissional)</p>	<p>É um tipo de resposta prolongada a estressores emocionais e interpessoais crônicos no trabalho. Tem sido descrita como resultante da vivência profissional em um contexto de relações sociais complexas, envolvendo a representação que a pessoa tem de si e dos outros. O trabalhador que antes era muito envolvido afetivamente com os seus clientes, com os seus pacientes ou com o trabalho em si, desgasta-se e, em um dado momento, desiste, perde a energia ou se “<i>queima</i>” completamente.</p>	<p>O trabalhador perde o sentido de sua relação com o trabalho, desinteressa-se e qualquer esforço lhe parece inútil. A <i>síndrome de esgotamento profissional</i> é composta por três elementos centrais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• exaustão emocional (sentimentos de desgaste emocional e esvaziamento afetivo);</li> <li>• despersonalização (reação negativa, insensibilidade ou afastamento excessivo do público que deveria receber os serviços ou cuidados do paciente);</li> <li>• diminuição do envolvimento pessoal no trabalho (sentimento de diminuição de competência e de sucesso no trabalho).</li> </ul>
--	--	---

Fonte: Portaria/MS N.º 1.339/1999/Brasil, 2001.

As frequentes formas de precarização do trabalho, intensas jornadas de trabalho, pressões pela busca de produtividade, competitividade entre os próprios trabalhadores e o medo do desemprego faz com que o trabalhador se submeta as explorações do capital e como consequência disso é recorrente o aparecimento de diversos transtornos mentais e de comportamento conforme exposto no Quadro 04. Portanto, a exploração do trabalho é um dos fatores responsáveis pelo adoecimento mental do trabalhador podendo ser um desencadeante de diversos transtornos mental e de comportamento, ocasionando assim o afastamento de milhares de trabalhadores dos seus postos de trabalho. Por outro lado, ainda é muito difícil relacionar (“comprovar”) os transtornos mentais com as formas de precarização do trabalho, o que impossibilita que as empresas sejam responsabilizadas pelo o adoecimento desses trabalhadores.

## 4 CAPÍTULO 03 – DEPRESSÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Pudemos compreender que o caminho percorrido pelo trabalhador nunca foi fácil, pelo contrário. Com o passar dos anos só vai mudando as formas de exploração para que se alcancem o que realmente importa para os capitalistas: produção de mais-valia. O trabalhador se submete a situações de trabalho precarizado, ocasionando prejuízos a sua saúde em geral. Desse modo, o objetivo desse capítulo é mostrar os transtornos mentais mais comuns que acometem o trabalhador, em especial a depressão e seus sintomas, causas e consequências.

### 4.1 “DEPRESSÃO NÃO É BRINCADEIRA”: COMPREENDENDO ALGUNS SINTOMAS, SINAIS E TRATAMENTO

Atualmente a depressão é uma das doenças mais preocupantes na vida cotidiana e que acometem as pessoas há milhares de anos. Há registros bíblicos de personagens que apresentavam sintomas de depressão, como Jó e o Rei Saul, aliás, este último cometeu suicídio. Historicamente a atenção dada a essa enfermidade reporta-se a antes de Cristo. Segundo Teodoro (2010), “Hipócrates (460-377 a.C.), o pai da medicina, foi o primeiro a considerar os comportamentos anormais com causas naturais, ao invés de sobrenaturais como ocorria até então.”.

Ainda é difícil para o ser humano compreender os processos psíquicos e seus reflexos emocionais e até perceber o quanto eles influenciam sua percepção em relação ao mundo, à vida e a si mesmo. Segundo Teodoro (2010, p. 20),

Depressão é um transtorno mental, causado por uma complexa interação entre fatores orgânicos, psicológicos, ambientais e espirituais, caracterizado por angústia, rebaixamento do humor e pela perda de interesse, prazer e energia diante da vida. Genes, hormônios, neurotransmissores, nutrientes celulares, substâncias químicas, autoestima, pensamentos, personalidade, crenças, reações emocionais, conflitos inconscientes, fatores socioculturais e ambientais, situações cármicas e vinculações espirituais formam uma imensa rede de intercomunicações, dando forma ao quadro depressivo.

Uma pessoa com depressão passa por alguns sintomas característicos da doença como: o desânimo, o isolamento e o desinteresse por questões importantes como família, emprego e saúde, e muitas vezes são vistas como preguiçosas e acomodadas, já que não há nenhuma razão aparente para tal comportamento. As causas da depressão nem sempre são percebidas pelo doente e nem pela família, seus sintomas podem se prolongar por meses ou até anos comprometendo não só a vida pessoal como a familiar e profissional do paciente.

Os sintomas de um quadro depressivo afetam diversas áreas da vida do paciente, entre elas: humor, cognição ou pensamento, aspectos somáticos, expressão corporal e vida social, conforme aponta o Quadro 05.

Quadro 05 – Sintomas da depressão

Sintomas	Características
Sintomas relacionados com o humor	Tristeza; emotividade; angústia; irritabilidade; ansiedade; anedonia; desmotivação.
Sintomas cognitivos	Baixo rendimento intelectual; falta de Fé (em si, em Deus, na vida, nas pessoas e nos tratamentos); sentimento de abandono e/ou rejeição; assuntos constantes sobre morte; sentimento de inferioridade; falta de sentido na vida; baixa autoestima; autoimagem negativa; pessimismo; desvalorização da vida; sentimento de culpa; ideias de suicídio.
Sintomas somáticos	Hipersonia; insônia; perda de apetite; aumento de apetite; diminuição da libido; redução do interesse sexual; baixa no sistema imunológico.
Expressão corporal	Cabeça baixa; peito embutido; coluna curvada; dificuldade em olhar as pessoas nos olhos; olhar desvitalizado; despreocupação com a higiene pessoal; despreocupação com a aparência; respiração superficial; movimentos lentos e contidos.
Vida social	Isolamento; desinteresse pelos estudos; desinteresse pelo trabalho.

Fonte: Teodoro, 2010.

A depressão é uma doença comum em todo o mundo. Ela pode levar a um grande sofrimento e disfunção no trabalho, na escola ou no meio familiar e podem levar ao suicídio.

Os dados sobre a depressão são crescentes, e o diagnóstico pode ser confundido com outras doenças ou até mesmo não ser reconhecido enquanto doença.

Poucos distúrbios psicológicos são tão corrosivos e provocam tamanho sofrimento como a depressão, ela causa sensação de sofrimento e infelicidade ao indivíduo acometido por esse transtorno, sente-se incapaz de solucionar problemas e por isso acaba se isolando de suas principais tarefas como: trabalho, escola e família. Por isso, Baptista (2004, p. 36) afirma que,

A depressão, além de causar sofrimento para o indivíduo, afastamentos das atividades e ocupações, dificuldades de convivência com a rede social, também pode ser considerada como um dos mais prevalentes transtornos deste e do século passado, atingindo uma parcela significativa da população mundial; sendo assim, responsável por milhões de pessoas que, atualmente se encontram em um episódio depressivo, além de outros milhões de pessoas que, no decorrer de suas vidas, desenvolverão tais episódios.

A depressão pode ser considerada um dos mais prevalentes transtornos na população. É importante ressaltar a dificuldade que essas pessoas têm em aceitar a doença como também da família e dos amigos entenderem que esse indivíduo está precisando de ajuda, pois a depressão muitas vezes é vista com menosprezo pela sociedade que ignora a gravidade dessa doença.

Dentre os grupos de variáveis consideradas como fundamentais na depressão, encontram-se as variáveis biológicas, tais como os fatores endocrinológicos e influências genéticas, evolução, estrutura e química do cérebro; psicológicas, tais como estresses durante a vida, traumas, desamparo adquirido, a forma como o indivíduo percebe o mundo, sua maneira de resolver os problemas, memórias; e socioculturais, ou seja, os papéis sociais, as expectativas definição de normalidade pela cultura, estrutura e suportes familiar dentre outras. (WEISSMAN; OLFSON, 1995; MYERS, 1999, p. 318-323 apud BAPTISTA, 2004, p. 36).

A manifestação branda e prolongada da depressão é caracterizada como distímia, entendida apenas como tristeza, dificultando o diagnóstico e o tratamento adequado da doença. Quando se chega ao “fundo do poço”, normalmente o paciente não encontra forças e esperança suficiente para buscar ajuda, cabendo à família e amigos buscarem apoio médico e psicológico para cuidarem da integridade física e mental do paciente, o difícil é quando o paciente não quer ajuda. Essa resistência em aceitar auxílio familiar ou profissional muitas vezes é o paciente não se reconhecer como doente, fragilidade diante de outras pessoas, ou falta de informação sobre a doença.

De acordo com o portal de notícias G1, dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) referentes a 2015, “cerca de 322 milhões de pessoas no mundo são afetados pela depressão.

Em 10 anos, de 2005 a 2015, esse número cresceu 18,4%. A prevalência do transtorno na população mundial é de 4,4%”. Já no Brasil, “5,8% da população sofre com esse problema, que afeta um total de 11,5 milhões de brasileiros. Segundo os dados da OMS, o Brasil é o país com maior prevalência de depressão da América Latina e o segundo com maior prevalência nas Américas, ficando atrás somente dos Estados Unidos, que têm 5,9% de depressivos”<sup>10</sup>.

Segundo a OMS, o número de pessoas com transtornos mentais comuns, como a depressão e o transtorno de ansiedade, está crescendo especialmente em países de baixa renda, pois a população está crescendo e mais pessoas chegam às idades em que depressão e ansiedade são mais frequentes. A Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) estima que entre 20% e 25% da população tiveram, têm ou terão um quadro de depressão em algum momento da vida.

Um dado também muito importante é que a depressão atinge mais as mulheres do que os homens, numa proporção aproximada de 2 para 1. Essa diferença talvez tenha fundamento devido aos aspectos fisiológicos e também ao papel social desempenhado por cada gênero e pela maior sensibilidade emocional das mulheres.

Um dos primeiros estudos que levantou a questão do gênero em depressão foi a pesquisa de WEISSMAN e KLERNAN, datada de 1977; a partir deste estudo, diversos pesquisadores têm se esforçado para entender por que a prevalência de depressão nas mulheres é maior que nos homens. (BAPTISTA, 2004, p. 50).

Fadiga, insônia, danos no trabalho e autoacusação são os principais sintomas observados nos homens, já nas mulheres são humor depressivo, ideação suicida, choro e autodepreciação.

De acordo com Teodoro (2010), entre as pessoas que têm maior probabilidade de vir a desenvolver depressão estão:

- Aquelas que já tiverem episódios depressivos anteriores;
- Aquelas que possuem familiares com histórico de depressão;
- Aquelas que apresentam dificuldades de relacionamento;
- Vítimas de discriminação social;
- Doentes;
- Mulheres no intervalo de 18 meses após o parto;
- Usuários de álcool;

<sup>10</sup> Informações retiradas do portal G1 de notícias. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/depressao-cresce-no-mundo-segundo-oms-brasil-tem-maior-prevalencia-da-america-latina.ghml>>. Acesso em: 08 set. 2017.

- Usuários de drogas;
- Portadores de outros transtornos mentais.

Fatores genéticos também podem influenciar a depressão: parentes em primeiro grau como pai, mãe, irmãos ou avós com histórico de depressão; filhos de pai ou mãe com depressão têm mais chances de apresentar a doença.

O paciente com depressão normalmente relata uma sensação de “vazio existencial”, uma falta de sentido para a vida. As constantes e rápidas mudanças na sociedade contemporânea podem provocar insegurança e sensação de desamparo, devido à grande instabilidade.

O estilo de vida de uma pessoa é um fator importante no contexto da depressão. As rápidas mudanças tecnológicas, o consumismo em nome do prazer e de uma falsa felicidade e a agitação dos grandes centros têm colaborado para um estilo de vida cada vez mais estressante.

Não existe um fator concreto para desencadear uma depressão, pois esses fatores podem variar de pessoa para pessoa podendo oscilar entre causas biológicas, emocionais, comportamentais ou situações de estresse constante em que esses indivíduos possam estar inseridos.

A depressão pode ser dividida em subtipos levando em consideração aspectos da personalidade e cognitivos, os subtipos são denominados como Depressão desesperançosa (ou com desesperança), Depressão Sociotrópica\Dependente, e Depressão Autocrítica\Autônoma. De acordo com Baptista (2004):

- Depressão desesperançosa (ou com desesperança): baseia-se na teoria de SELIGMAN (1977), na qual o indivíduo acredita que seus esforços são inúteis para modificar o ambiente à sua volta e, conseqüentemente, melhorar os sintomas da depressão;
- Depressão Sociotrópica\Dependente: explicita o indivíduo que relata rejeição ou abandono e necessita depender de outros para ser reforçado, através de carinho, admiração, suporte e validação de seus atos provindos de outrem;
- Depressão Autocrítico\autônomo: caracteriza-se por indivíduos que têm definição de metas, são independentes, mas começam a deprimir quando são impedidos de conseguirem o que querem, desencadeando sintomas de severo autocríticismo, sentimentos de inferioridade e culpa.



De acordo com Baptista (1999 apud BAPTISTA, 2004, p. 41) entre os principais fatores de risco pode-se destacar:

Histórico de depressão, ser mulher, viver em uma família disfuncional, baixa educação dos pais, grandes números de eventos estressantes, pouco suporte social, baixa autoestima, baixa competência intelectual, problemas de saúde, técnicas de enfrentamento das situações reduzidas, excessiva interdependência pessoal, morte prematura de um dos pais, fatores genéticos, superproteção familiar na infância e na adolescência, ansiedade, viver em ambientes com altos índices de violência, ter sofrido abuso sexual\físico e moral dentre outros.

Por ter diversos fatores desencadeantes a depressão tem um diagnóstico difícil de ser concluído podendo ser confundida com outras doenças e outros tipos de transtornos mentais e, até mesmo de ser entendida como doença porque a pessoa depressiva não reconhece a doença que muitas vezes acaba passando despercebida pelos amigos e familiares.

Apesar de estar entre os transtornos mentais que mais acometem os brasileiros existe um grande tabu na sociedade em relação à depressão, a população desconhece a da gravidade da doença e ainda menospreza os sintomas comparando com uma simples tristeza ou até mesmo culpando o indivíduo pelo isolamento que a depressão causa.

Os depressivos possuem uma tendência de acreditarem que são menos capazes de realizar tarefas ou que possuem menos valor do que os outros, a doença causa na pessoa uma sensação de inferioridade e incapacidade, por isso a depressão causa o isolamento, a pessoa se acha tão incapaz de realizar tarefas cotidianas que acaba se isolando do mundo para poder suprir essa sensação.

A desmoralização provinda dos episódios depressivos ou de eventos de vida (como perda do emprego e suas consequências) deve ser avaliada nos diversos transtornos mentais, principalmente na depressão, já que o sujeito que desenvolve sintomas de depressão pode autojulgar-se como não tendo competência para lidar com problemas e estresses cotidianos, consequenciando em falta de iniciativas para atividades prazerosas. (FIGUEIREDO; FRANK, 1982 apud BAPTISTA, 2004, p. 45).

E é também no ambiente de trabalho que o indivíduo pode desencadear uma depressão devido às variadas situações de estresse, a pressão para cumprir metas, as excessivas jornadas de trabalho, o medo constante do desemprego faz com que o profissional se cobre mais para poder ser cada vez melhor para a empresa e assim tenha seu emprego garantido.

A desmotivação que o depressivo sofre contribui para que o indivíduo perca o interesse de trabalhar, estudar, dentre outras coisas, por isso atualmente a depressão é uma das

principais causas de afastamentos de postos de trabalho, ela impossibilita que a pessoa se sinta apta para realizar suas principais tarefas.

O sofrimento causado pela depressão provoca o isolamento que muitas vezes não é entendido por amigos e familiares, a tristeza que essa doença causa é tão profunda que a pessoa ver a morte como a última saída para aliviar a dor, a sensação de incapacidade é tão grande que a pessoa se sente inútil para voltar à vida cotidiana.

É importante que a sociedade veja o depressivo como uma pessoa que precisa de ajuda e não de julgamentos, a sociedade julga a depressão como uma vontade do sujeito em está triste e isolado e desconhece que por trás desse isolamento e dessa tristeza existe uma grave doença que corrói a pessoa lentamente.

O tratamento para a depressão deve se determinado pelas condições do indivíduo considerando os fatores biológicos, psicológico e social. É essencial que o profissional faça uma avaliação detalhada tanto psicossocial quanto clínica.

Os tratamentos para depressão podem ser realizados a partir de intervenções psicoterápicas que podem ser de diferentes formatos, como psicoterapia de apoio, psicodinâmica breve, terapia interpessoal, comportamental, cognitiva comportamental, de grupo, de casais e de família, além da farmacoterapia que intervém em nível bioquímico do sujeito.

A terapia cognitiva é um dos tratamentos mais eficientes para depressão de acordo com Barlow (1999), o foco da terapia cognitiva está na mudança do pensamento depressivo. Essas mudanças podem ser realizadas numa variedade de maneiras: através de experimentos comportamentais, discurso lógico, exame de evidências, resolução de problemas, dramatização e reestruturação imaginária.

Ainda sobre a terapia cognitiva ela pode ser feita com apenas o paciente e o terapeuta ou pode ser feita em grupos, os antidepressivos também são um tratamento eficaz para depressão dependendo do subtipo da doença o profissional indicará o tratamento adequado.

Os medicamentos antidepressivos aumentam a oferta de neurotransmissores e promovem a volta ao estado normal do paciente. O tratamento da depressão mudou muito com a descoberta desses medicamentos que provocam algumas modificações químicas no cérebro pela oferta de substâncias mediadoras que estabelecem a comunicação entre uma célula nervosa e outra durante o processo de transmissão dos sinais. No deprimido, os níveis dos neurotransmissores são baixos. Os antidepressivos bloqueiam o mecanismo de recaptura (impedem que os neurotransmissores retornem à célula de origem) o que aumenta a quantidade dessas substâncias nesse espaço virtual entre os neurônios. (MORENO, 2011, p. 1).

Existem diversos tratamentos para a depressão desde as terapias para os casos mais simples até os medicamentos para os casos mais graves, o profissional especializado recomendará o tipo ideal para cada paciente, o importante é que a depressão seja levada a sério para que o diagnóstico seja rápido, eficaz e assim será possível diminuir o número de suicídios causados pela depressão.

Se fazem necessárias intervenções econômicas, políticas e sociais capazes de implementar mudanças em um macrocenário, proporcionando melhores condições de vida para a população carente, diminuindo as diferenças econômicas entre os vários nichos sociais, minimizando as divergências raciais, implementando políticas de saneamento e educação mais diretas, como, por exemplo, acesso a tratamentos específicos e medicamentos subsidiados. Só assim, se observará uma melhora na qualidade de vida dos cidadãos, principalmente quando se refere a países em desenvolvimento, o que, automaticamente, consiste em dos fatores protetivos no desenvolvimento dos transtornos de humor na população. (BAPTISTA, 2004, p. 48).

Desse modo, não cabe só a equipe de saúde tratar e curar uma pessoa em depressão, cabe também ao Estado investir em melhoria na qualidade de vida das pessoas. A pobreza, a precarização do trabalho, a falta de saneamento básico de saúde e educação causam sofrimento na população, pois ninguém consegue ter uma mente sadia vivendo em um ambiente onde seus direitos são violados ou sofrendo pressão no ambiente de trabalho. A busca incessante por dinheiro e coisas supérfluas e, principalmente os ambientes hostis e silenciosos estão produzindo um exército de pessoas com depressão.

#### 4.2 “QUANDO O TRABALHO É PESADO”: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A SÍNDROME DE *BURNOUT*, DEPRESSÃO CAUSADA PELO TRABALHO

Em uma sociedade onde o trabalho é necessário para a sobrevivência a relação homem/trabalho ocupa todos os espaços da vida desse trabalhador que não consegue se desvencilhar do seu emprego, pois é através do trabalho que o homem consegue garantir o mínimo para a sobrevivência da sua família.

Desde os primórdios da humanidade, o homem se define por sua relação com o trabalho; trabalho que o transforma, que possibilita suas realizações e é fonte de sua sobrevivência. O trabalho provoca no homem um sentimento de completude, é através dele que nessa sociedade o homem pode ser valorizado. Por outro lado, “[...] o homem tem presenciado o desenvolvimento gradativo do extermínio da existência do ser em detrimento do ter. O pensamento parece ser lógico: ter para aparecer; aparecer para ser notado, para não ser ignorado, para se sentir valorizado.” (IBIDEM, p. 133).

Nessa sociedade de consumo o principal objetivo do trabalho além da sobrevivência é o de poder usufruir de todas as mercadorias e inovações tecnológicas que o mercado oferece. Se a pessoa não acompanha o consumo do mercado imediatamente ela é excluída e o trabalho é visto como uma forma de inserir a pessoa dentro dessa sociedade.

As relações de trabalho na sociedade moderna exigem que o trabalhador se dedique integralmente à empresa com a intenção de aumentar o lucro sem necessitar aumentar a mão de obra, sendo assim os trabalhadores são obrigados a se submetem a longas jornadas de trabalho, a cumprem metas de vendas ou de produção, desperta-se a rivalidade na equipe de trabalho que passa agora a competir pelas promoções, pelos cargos de funcionário do mês e com isso o trabalhador não reconhece o outro como seu companheiro de trabalho e sim como um rival.

Ao se pousar o olhar sobre os trabalhadores [...], observa-se que os mesmos não têm suportado as cobranças de uma sociedade que exige uma força de trabalho que se adapte rapidamente às mudanças que a própria sociedade pós-industrial propagou. A sociedade pós-moderna exige que os seres humanos sejam autônomos, flexíveis, dinâmicos, que empurrem permanentemente seus limites de encontro ao outro, destruindo com isso qualquer chance de solidariedade. (BAPTISTA, 2004, p. 135).

A precarização das relações de trabalho submete o trabalhador a diversas situações de estresse e cobrança, o indivíduo se torna extremamente autocrítico com a finalidade de ser o modelo ideal de funcionário que a empresa deseja, nas empresas não existem mais relações de cooperação entre os trabalhadores, todos estão em competição para ver quem é o melhor.

Além de toda pressão vivida no cotidiano do trabalho a classe trabalhadora “se cala” diante da exploração exacerbada do capital, pois o medo do desemprego é maior, muitas vezes, do que a vontade de lutar pela garantia e efetivação dos seus próprios direitos. O individualismo não permite a luta por esses direitos pois cada um ver no trabalho a sua fonte de sobrevivência.

O medo que atua na substituição idealizada é o medo de ficar solto, de não ter amarras, de não ter ponto de referência para dizer por que se está trabalhando ou servindo ou sendo dependente. As novas formas de trabalho têm feito cada vez mais com que o trabalhador não se veja refletido no seu produto. Tudo tem se tornado impessoal demais, corriqueiro demais. O homem tem se transformando de trabalhador para funcionário e, conseqüentemente, seu trabalho tem se tornado emprego. (IBIDEM, p. 137).

O homem nessa sociedade adoece sem o trabalho e pelo trabalho: no trabalho porque a cobrança produz pessoas desgastadas que se frustram quando suas metas não são alcançadas

ou quando não conseguem uma promoção, essas pessoas fazem do seu cotidiano uma disputa para ser sempre o melhor e quando não conseguem ser adoecem o corpo e a mente e o resultado dessas disputas é um exército de pessoas inibidas, caladas, desgastadas e deprimidas.

Como foi visto até o momento, a depressão é responsável por ser uma das maiores causas de afastamento no trabalho. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), até 2020 a depressão passará da 4ª para a 2ª colocada entre as principais causas de incapacidade para o trabalho no mundo. No mundo, estima-se que 121 milhões de pessoas sofram com a depressão, 17 milhões delas somente no Brasil.

Tachada de mal do século, a depressão é responsável por retirar do mercado de trabalho milhares de profissionais todos os anos. No ano passado, 75,3 mil trabalhadores foram afastados em razão do mal, com direito a recebimento de auxílio-doença em casos episódicos ou recorrentes. Eles representaram 37,8% de todas as licenças em 2016 motivadas por transtornos mentais e comportamentais, que incluem não só a depressão, como estresse, ansiedade, transtornos bipolares, esquizofrenia e transtornos mentais relacionados ao consumo de álcool e cocaína. No ano passado, mais de 199 mil pessoas se ausentaram do mercado e receberam benefícios relacionados a estas enfermidades, o que supera o total registrado em 2015, de 170,8 mil<sup>11</sup>.

A depressão não tratada de forma correta pode possibilitar o afastamento desse trabalhador ou até mesmo sua demissão, pois o desestímulo que essa doença causa pode ser confundida com falta de interesse desse indivíduo pelo seu trabalho. No caso da depressão ainda é comum que as empresas não reconheçam que esse profissional tenha desenvolvido a doença no ambiente de trabalho.

Como ainda é difícil comprovar a relação da depressão com o trabalho, os dados disponíveis podem ser maiores do que os notificados atualmente. A Revista Época (2016) afirma que

Para casos específicos de depressão, episódicos ou recorrentes, foram 3,4 mil auxílios por acidente de trabalho. Os números, porém, podem ser bem maiores. Parte dos especialistas destaca que há risco de subnotificação, diante da dificuldade em comprovar o papel do ambiente de trabalho na ocorrência de episódios depressivos. Mesmo assim, há profissões que são conhecidas por terem mais afastamentos e aposentadorias ligadas a transtornos dessa natureza. É o caso do mercado financeiro,

---

<sup>11</sup> Informações retiradas do portal da Revista Época Negócios. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2017/02/mais-de-75-mil-pessoas-foram-afastadas-do-trabalho-por-depressao-em-2016.html>>. Acesso em: 08 set. 2017.

dos controladores de voo, dos profissionais da área de segurança, juízes, jornalistas e médicos<sup>12</sup>.

As empresas se eximem de suas responsabilidades e culpabilizam o indivíduo pelos sintomas da doença, o que sempre acaba em demissão. Nenhuma empresa aceita um funcionário triste e desmotivado que não produz no mesmo ritmo que a equipe, mas também nenhuma empresa reconhece que a rotina de trabalho, os estresses diários e o estresse que esses trabalhadores sofrem podem desencadear uma depressão.

A depressão no ambiente do trabalho é um caso crônico, segundo os especialistas. Entre as causas mais comuns responsáveis pelo quadro de depressão laboral estão o assédio moral, o assédio sexual, a discriminação, o estresse, longas jornadas de trabalho, a competitividade dentro e fora da empresa e a ansiedade por resultados, entre outros<sup>13</sup>.

O abalo psicológico pode acontecer de várias maneiras desde a um problema em que o profissional não consegue solucionar, situações de estresse, o trabalho excessivo e como consequência a autocrítica, pois o profissional passa a se cobrar mais para atender as exigências da empresa, a cooperação das equipes de trabalho é substituída pela competição de quem é o melhor o funcionário, o assédio moral e sexual também são os principais desencadeantes da depressão no ambiente laboral.

As relações precárias de trabalho também é um fator desencadeante para a depressão o trabalho em locais insalubres, longas jornadas de trabalho, o revezamento de turnos que prejudica o sono do trabalhador, o excesso de horas extras que impossibilitam muitas vezes até que o profissional se alimente adequadamente, todos esses fatores fazem com que o trabalhador viva apenas para o trabalho não havendo espaço para o lazer e para família.

O cotidiano do trabalho pesa na vida do trabalhador que muitas vezes ainda precisa levar o trabalho para casa porque todas as horas extras são insuficientes para o capital, esse trabalhador não consegue desvincular sua vida profissional da vida pessoal, a rotina de trabalho suga todas as forças dos trabalhadores e produz um exército de amedrontados, deprimidos e depressivos.

A depressão ainda é um tabu na sociedade e sua vinculação com o trabalho ainda é pouco notificada. É importante reconhecer a gravidade da depressão como uma doença que

---

<sup>12</sup> Informações retiradas do portal da Revista Época Negócios. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2017/02/mais-de-75-mil-pessoas-foram-afastadas-do-trabalho-por-depressao-em-2016.html>>. Acesso em: 08 set. 2017.

<sup>13</sup> Informações retiradas do Portal Instituto de Medicina e Segurança do Trabalho do Estado do Paraná – IMTEP Saúde | Empresas. Disponível em: <<http://www.imtep.com.br/site/depressao-afasta-trabalhador-do-ambiente-profissional/>>. Acesso em: 14 set. 2017.

mata às vezes ela passa despercebida como uma tristeza passageira, mas o sofrimento que a depressão causa é insuportável para quem sente podendo levar ao suicídio.

Cerca de 5,8% da população brasileira sofre de depressão – um total de 11,5 milhões de casos registrados no país, segundo dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O índice é o maior na América Latina e o segundo maior nas Américas, atrás apenas dos Estados Unidos, que registram 5,9% da população com o transtorno e um total de 17,4 milhões de casos<sup>14</sup>.

Ainda de acordo com um levantamento feito pela OMS, publicado na Revista Veja (2017), no mundo, 322 milhões de pessoas sofrem de depressão, 18% a mais do que há dez anos. O número representa 4,4% da população do planeta. A doença já é a que mais contribui com a incapacidade no mundo. Ela é também a principal causa de mortes por suicídio, com cerca de 800.000 casos por ano, a segunda principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos<sup>15</sup>.

O Centro de Valorização da Vida (CVV), um dos principais mobilizadores do Setembro Amarelo, é uma entidade sem fins lucrativos que atua gratuitamente na prevenção do suicídio desde 1962, membro fundador do *Befrienders Worldwide* e ativo junto ao IASP (Associação Internacional para Prevenção do Suicídio), da ABEPS (Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio) e de outros órgãos internacionais que atuam pela causa. A campanha do setembro amarelo realiza atividades de prevenção e sensibilização, que incluem caminhadas, veiculação de materiais da campanha por figuras públicas que abraçam a causa e a decoração e iluminação de prédios públicos, praças e monumentos com luzes e itens amarelos<sup>16</sup>.

Em geral, a vontade de acabar com a própria vida é provocada pela falta absoluta de perspectiva e uma enorme sensação de desamparo e angústia. O que não se destaca é que, na maioria dos casos, o radical desejo é gerado por um quadro de transtorno mental tratável, como depressão, transtorno bipolar afetivo, esquizofrenia, quadros psicóticos graves e transtornos de personalidade, como o borderline.

A depressão tem tratamento, mas ainda cabe a população se conscientizar sobre a gravidade dessa doença e entender que “depressão não é brincadeira, frescura ou simples

<sup>14</sup> Informações retiradas do portal Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-02/depressao-brasil-tem-maior-prevalencia-de-casos-na-america-latina>>. Acesso em: 14 set. 2017.

<sup>15</sup> Informações retiradas do portal da Revista Veja. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/saude/brasil-e-recorde-em-casos-de-depressao-na-america-latina/>>. Acesso em: 14 set. 2017.

<sup>16</sup> Informações retiradas do portal Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-09/setembro-amarelo-alerta-para-prevencao-ao-suicidio>>. Acesso em: 14 set. 2017.

tristeza”, a depressão mata e retira do mercado de trabalho milhões de pessoas. Nessa sociedade individual compartilhar momentos, conversar e ter tempo para si mesmo tornou-se questão de saúde perde-se saúde para acumular dinheiro e tentar sobreviver.

É preciso ainda que as relações de trabalho sejam repensadas para esse novo século; que nas organizações haja espaços para aprendizagem e gestão do conhecimento galgados na educação corporativa. Penso ser possível o resgate do indivíduo e dos grupos, e que a motivação seja para o trabalho e não para a produção, para que com isso a qualidade de vida no trabalho seja o produto. (BAPTISTA, 2004, p. 141).

Por fim, é importante ver a depressão como uma doença grave e que pode levar a morte, a pessoa depressiva necessita de tratamento e não de julgamento, o tabu que existe sobre os transtornos psicológicos deve ser quebrado, as relações de trabalho precisam ser mais humanizadas e não precarizadas, pois estamos produzindo seres humanos doentes, infelizes, desmotivados e individuais.

A Síndrome de *Burnout* (depressão causada pelo trabalho) envolve três componentes que podem aparecer associados à:

- **Exaustão emocional:** falta de energia associada a sensação de esgotamento emocional. O profissional sente que não pode despender mais energia para desenvolver suas atividades.
- **Despersonalização:** indiferença em relação às atividades cotidianas do trabalho, presença de atitudes negativas e comportamentos de cinismo e dissimulação afetiva, até o tratamento de pessoas do convívio como objetos.
- **Falta de envolvimento com o trabalho ou baixa realização profissional:** sensação de incapacidade, baixa autoestima, desmotivação e infelicidade no trabalho, afetando até a habilidade e a destreza.

A Síndrome de *Burnout* está classificado em doze estágios:

1. Necessidade de se afirmar: provar ser capaz de tudo, sempre;
2. Dedicção intensificada: com predominância da necessidade de se fazer tudo sozinho;
3. Descaso com as necessidades pessoais: comer, dormir, sair com os amigos começam a perder o sentido;



4. Recalque de conflitos: o portador percebe que algo não vai bem, mas não enfrenta o problema. É quando ocorrem as manifestações físicas;
5. Reinterpretação dos valores: isolamento, fuga dos conflitos. O que antes tinha valor sofre desvalorização: lazer, casa, amigos e, a única medida da auto-estima é o trabalho;
6. Negação de problemas: nessa fase os outros são completamente desvalorizados e tidos como incapazes. Os contatos sociais são repelidos, cinismo e agressão são os sinais mais evidentes;
7. Recolhimento: aversão a grupos, reuniões, comportamento antissocial;
8. Mudanças evidentes de comportamento: perda do humor, não aceitação de comentários, que antes eram tidos como naturais;
9. Despersonalização: ninguém parece ter valor, nem mesmo a pessoa afetada. A vida se restringe a atos mecânicos e distância do contato social (prefere e-mails e mensagens);
10. Vazio interior: sensação de desgaste, tudo é difícil e complicado;
11. Depressão: marcas de indiferença, desesperança, exaustão. A vida perde o sentido;
12. E, finalmente, a síndrome do esgotamento profissional propriamente dita, que corresponde ao colapso físico e mental. Esse estágio é considerado de emergência e a ajuda médica e psicológica são urgentes<sup>17</sup>.

A relação entre a síndrome de *burnout* e os quadros depressivos possui relevância prática tanto para o diagnóstico diferencial, como também para o tratamento de tais quadros. Conhecer esta estreita inter-relação e suas consequências podem contribuir de maneira decisiva na escolha de técnicas e alternativas para o tratamento de pacientes que apresentem tal quadro (BAPTISTA, 2004).

A síndrome do *burnout* ou síndrome do esgotamento profissional ainda é um transtorno pouco conhecido, mas que acometem milhões de brasileiros que não reconhecem a doença e sua relação com o desgaste físico e mental que o trabalho pode causar, é importante fomentar o debate sobre os transtornos mentais para que a população possa compreender o quanto as formas precárias de trabalhado podem influenciar no adoecimento do trabalhador.

---

<sup>17</sup> Informações retiradas do portal Nasce CME. Disponível em: <<http://nascecme.com.br/o-que-e-a-sindrome-de-burnout/>>. Acesso em: 14 set. 2017.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou uma aproximação teórica sobre a depressão decorrente das diversas formas de precarização e exploração do trabalho. Fazer esse mapeamento bibliográfico nesse contexto de retrocesso e percas de direitos trabalhistas deixa nítido o quanto o trabalho nesta sociedade adoece o trabalhador, principalmente com transtornos mentais.

No capítulo 01, fizemos uma abordagem do trabalho na sociedade capitalista, sobre a mercadoria (elemento fundamental para o capital), além de um breve estudo sobre os modelos de produção fordista, taylorista e toyotista que contribuíram para identificar os modelos de produção, as formas de contratação e os trabalhos precários existentes até os dias atuais. Com a reforma trabalhista, as formas mais precárias de contratação passam agora a ser regulamentadas em lei.

No capítulo 02, mapeamos os principais transtornos mentais e comportamentais que acometem os trabalhadores, sintomas e fatores que influenciam no aparecimento dessas doenças. As formas de precarização do trabalho são apontadas como um dos fatores que podem causar o adoecimento devido as intensas jornadas de trabalho, o revezamento de turnos que prejudica o sono dos trabalhadores, as pressões por produtividade, além disso a competitividade que as empresas incorporam no trabalhador faz com que esse profissional se cobre muito para ser o melhor no seu trabalho e quando os objetivos não são alcançados o trabalhador adoece, pois ele se culpabiliza por não atender as demandas da empresa o trabalho.

No capítulo 03, nosso foco foi a depressão como doença que pode decorrer da precarização do trabalho. Essa doença grave, que pode levar ao suicídio, ainda é menosprezada pela sociedade que não reconhece o sofrimento de uma pessoa depressiva. A tristeza que essa doença causa é corrosiva a pessoa sente-se incapaz de resolver e realizar tarefas diárias, sente-se desmotivada com o trabalho, daí o motivo de ser a segunda maior causa de afastamentos dos postos de trabalho.

O desemprego também é um fator que pode desencadear depressão, porque em uma sociedade onde o trabalho é fundamental para a sobrevivência do homem e de sua família, estar fora do mercado de trabalho pode causar sofrimento para o indivíduo que se vê sem condições para sua reprodução social.

A partir deste estudo podemos compreender que a depressão retira do mercado milhares de trabalhadores. O número de profissionais com depressão é crescente e as

estimativas para essa doença aponta um nível cada vez maior de adoecimento o Brasil. É importante que a sociedade reconheça a depressão como uma doença grave, pois ainda é um tabu reconhece-la enquanto doença.

Por fim, ao longo do estudo foi possível observar como o trabalho precarizado adocece o trabalhador e a busca incessante por lucro faz com que as empresas esqueçam suas responsabilidades com a saúde dos trabalhadores, o trabalho na sociedade capitalista é imposto às pressões diárias impossibilitam que os profissionais sintam-se estimulados para exercer suas profissões o trabalho está sendo sucateado estamos vivendo um momento de desmonte dos direitos trabalhistas e o sucateamento do trabalho e das mais diversas profissões, o capitalismo além de produzir miséria está produzindo uma sociedade doente.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria Aparecida Moraes (Orgs.). **O Averso do Trabalho I**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **O continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BAPTISTA, Makilim Nunes. **Suicídio e Depressão atualizações**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2004.

BARLOW, David. **Manual clínico dos transtornos psicológicos**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças Relacionadas ao Trabalho**: manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

DIEESE. **A saúde dos índices de saúde do trabalhador**. São Paulo, n. 162, set. 2016. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec162Saude.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Terceirização e precarização das condições de trabalho**: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. São Paulo, n. 172, mar. 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

FERREIRA, Maria Lúcia. **A teoria marxiana do valor-trabalho**. São Paulo: Ensaio, 1992.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LACAZ, Franciso Antonio de Castro. **Saúde do trabalhador**: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Ciências Médicas/Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 435, 1996.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia; BERTANI, Íris Fenner; SILVA, José Fernando Siqueira da; SANT'ANA, Raquel. (Orgs.). **O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sônia Maria da Fonseca. **Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva**. *Ciência e Saúde coletiva*, v. 4, n. 2, p. 411-421, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/csc/v4n2/7123.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

MONTAÑO, Carlos; BASTOS, Rogério Lustosa. (Orgs.). **Conhecimento e Sociedade: ensaios marxistas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

MORENO, Ricardo. **Depressão: doença que precisa de tratamento**. 2011. Disponível em: <<https://drauziovarella.com.br/entrevistas-2/depressao-doenca-que-precisa-de-tratamento/>> Acesso em: 09 set. 2017.

NAVARRO, Vera Lúcia; PRAZERES, Taísa Junqueira. Reestruturação produtiva, precarização e saúde do trabalhador na indústria de calçados de Franca (SP). In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia; BERTANI, Íris Fenner; SILVA, José Fernando Siqueira da; SANT'ANA, Raquel. (Orgs.). **O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 343-366.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PERES, Marcos Augusto de Castro. **Do Taylorismo/Fordismo à acumulação flexível toyotista: novos paradigmas e velhos dilemas**. São Paulo: Faculdades Unopec, 2000. Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/josesantos/disciplinas-2012.2/fundamentos-sociopoliticos-e-economicos-da-educacao-para-licenciatura-em-psicologia-do-fordismo-taylorismo-a-acumulacao-flexivel>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

PIALARISSI, Renata. Precarização do trabalho. 2017. **Revista de Administração em Saúde**, São Paulo, v. 17, n. 66, jan./mar. 2017. Disponível em: <[www.cqh.org.br/ojs-2.4.8/index.php/ras/article/download/11/22](http://www.cqh.org.br/ojs-2.4.8/index.php/ras/article/download/11/22)>. Acesso em: 16 ago. 2017.

PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do Trabalho no Século XX: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANT'ANA, Raquel; CARMO, Onilda do. As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia; BERTANI, Íris Fenner; SILVA, José Fernando Siqueira da; SANT'ANA, Raquel. (Orgs.). **O**

**avesso do trabalho II:** trabalho, precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 343-366.

SANTOS, Vinicius Correia. **Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho:** mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. 2009. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/da-era-fordista-ao-desemprego-estrutural-.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/da-era-fordista-ao-desemprego-estrutural-.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2017.

TEODORO, Wagner Luiz Garcia. **Depressão:** corpo, mente e alma. 3 ed. Uberlândia: [S. E.], 2010. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/depressaocma.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.